

EXPEDIENTE
Jornalista responsável: Walmor
Marcelino. Conselho de direção:
Rogério Lustosa, Bernardo Joffily,
Olivia Rangel, Dilair Aguiar.
Uma publicação da Editora Anita
Garibaldi Ltda. Redação: Rua
Beneficência Portuguesa, 44,
Conj. 206, São Paulo, Tel. 228-5337.

Tribuna Operária

da Luta

Nº 6, ANO I, 17 DE JANEIRO/9 DE FEVEREIRO DE 1980

PREÇO DE VENDA EM BANCAS: Cr\$ 10,00

Sucursais: Rio de Janeiro: Rua
Joaquim Silva, 11, sala 307, Lapa.
Minas Gerais: Rua do Anel
Rodoviário, 335, Contagem. Bahia:
Rua P. Vieira, sala 307, Salvador.
Composto e impresso nas oficinas da
Companhia Editora Joruês, Rua
Gastão da Cunha, 49 tel: 531-8900
São Paulo - SP

DÍVIDA EXTERNA: NÃO PAGUE, BRASIL!



Como esta, há 946 favelas em São Paulo. O número de favelados cresce 33% ao ano.

OS OPERÁRIOS NA FAVELA

O arrocho salarial e a violenta elevação do custo de vida estão forçando um número crescente de operários de São Paulo e do ABC a se mudarem para favelas. A compensação é o avanço da luta e organização dos favelados.

Depois que caiu, Rischbieter falou claro: a dívida externa é de 50 bilhões de dólares. E em 1984 deverá ser de 240 bilhões. Esta dívida injusta é fruto da submissão ao mecanismo saqueador do capital financeiro e das multinacionais. Quanto mais o país paga, mais deve. Rischbieter rejeita a idéia de o país não pagar a dívida. Este governo não fará isso. Mas é questão da maior importância e para ela o povo deverá encontrar a justa solução. (Página 3).

Cuidado: Delfim vai arrochar mais!

As medidas de emergência adotadas pelo ministro Delfim Netto são todas favoráveis aos grandes capitais e em nenhum momento levam em consideração a dura situação em que se encontram os trabalhadores e o povo pobre. Para os capitalistas abrem-se novas oportunidades de investimentos e de especulação. Para os trabalhadores Delfim promete manter a política de arrocho salarial. Além disso, suas medidas provocam a desvalorização dos fundos dos trabalhadores no Fundo de Garantia. E arrebatam com as poupanças feitas com tantas dificuldades pelos pequenos depositantes nas cadernetas de poupança.

A crise do sistema econômico montado a partir de 1964 é gravíssima. A tarefa de Delfim é fazer uma tentativa desesperada para salvar o sistema, protegendo os privilégios dos poderosos e forçando os trabalhadores a pagar a conta. O governo teme a reação popular. Por isso, os generais Samuel Alves Correia, chefe do Estado Maior das Forças Armadas e o general Milton Tavares, comandante do 2º Exército, sediado em São Paulo, "sugerem" que os trabalhadores aceitem conformados os novos sacrifícios que lhes estão sendo impostos, chamando antecipadamente de "subversão comunista" quaisquer manifestações de protesto que venham a ocorrer. (Página 3).

INVASÃO SOVIÉTICA DO AFGANISTÃO: Lula, Olívio, João Paulo e Bittar, contra. Prestes, a favor

Editorial

O que temos a ver com a briga dos ministros

A troca de ministros na Fazenda foi sinal de uma luta surda dentro do governo Figueiredo. O grupo que dominou o país junto com o general Médici logrou um tento, com o reforço dos poderes de Delfim. O outro grupo, do general Geisel, perdeu posições.

A briga continua. Fala-se agora na mudança dos ministros da Educação, das Minas e Energia, do Trabalho.

Os brasileiros já conhecem bem esses grupos. Já sofreram com um e com o outro. Sofrem com os dois ao mesmo tempo no governo atual, que é uma coligação de ambos. Ficou provado que um e outro são igualmente antipopulares, antipatrióticos, são as estacas que sustentam o regime militar. Seria difícil, para não dizer impossível, dizer qual é o pior.

O que os trabalhadores têm a ver com essa briga entre ministros, generais, grandes capitalistas e agentes das multinacionais? Muito.

E precisam acompanhá-las com atenção porque, para mudar em profundidade o Brasil, a vontade dos oprimidos por si só não é suficiente. É preciso também uma crise entre os opressores. Não basta a

luta mais intensa dos explorados. É igualmente necessário o enfraquecimento e a divisão dos exploradores. As condições para as grandes viradas político-sociais surgem quando os governantes não conseguem mais governar. E as divergências que vão roendo o governo fazem parte de um processo que pode levar a uma situação assim.

Mas é preciso ainda algo mais do que a revolta se espalhar entre o povo e os poderosos afundarem na crise. Além destas condições objetivas, são indispensáveis a capacidade, a organização, a consciência, a coragem e a habilidade das classes oprimidas. E isto se prepara nas lutas do dia a dia, no esforço pela união das forças populares, fora e dentro do parlamento e dos partidos institucionais de oposição. Esta é uma tarefa primordial do momento.

Sem esta preparação, que inclui também o conhecimento profundo da situação e das fraquezas do adversário, a luta não pode não pode ser levada até o fim. O fruto vai amadurecendo, amadurecendo, apodreça e não é colhido. As condições para libertar o Brasil e seu povo podem surgir e desaparecer, sem serem aproveitadas.

"A Rússia não tinha o direito de invadir o Afeganistão", é a opinião de Lula. Com ela concordam Olívio Dutra, João Paulo Pires e Jacob Bittar, em entrevista exclusiva concedida à sucursal gaúcha da "Tribuna Operária". Também comentamos a entrevista dada por Prestes à "Folha de S. Paulo" na qual ele diz que não foi intervenção, foi "ajuda". Veja tudo na última página.



Encontro sindical: mais unidade.

Movimento sindical

As lutas de 1980 na pág. 4. O encontro de Porto Alegre e a campanha no ABC, pág. 5.

Mulheres preparam vários congressos

Elas são metade da população e cada vez mais participam das lutas populares.

O movimento de mulheres começa o ano em grande atividade. As mulheres trabalhadoras já têm promovido congressos e encontros nas mais diversas categorias (metalúrgicas, químicas, jornalistas, gráficas, etc.). Este ano, estão para serem realizados, até o dia 8 de março — Dia Internacional da Mulher — o Encontro da Mulher Pernambucana, em Recife, nos dias 1º e 2 de fevereiro, o Congresso da Mulher Mineira e o II Congresso da Mulher Paulista, no mês de março. Nessas ocasiões, serão colocadas suas reivindicações mais sentidas como, por exemplo, creche, equiparação salarial, profissionalização, etc. e serão discutidas as formas de luta e organização e as causas de sua opressão. Fortalecer e ampliar as organizações femininas, vinculando-as com as mais diversas lutas populares e criar um amplo movimento de mulheres de caráter nacional é a principal tarefa que hoje se coloca.

Elas são metade da população. Se são donas-de-casa, realizam o verdadeiro milagre brasileiro, cuidando da alimentação, da educação e da saúde da família com o miserável salário mínimo. Se não consegue realizar tal "milagre", saem à procura de emprego. Sem profissão, sem creches para guardar as crianças, sem refeitórios populares elas se vêem obrigadas a aceitar o subemprego — empregadas domésticas, tarefas a domicílio, faxineiras e até biscoiteiras.

Quando conseguem ser operárias ou exercer outras profissões, recebem salários mais baixos que os homens, mesmo em funções iguais. Muitas vezes são demitidas por estarem grávidas, com filhos

pequenos ou simplesmente pelo fato de se casarem. A partir de 1964, com o golpe militar, a classe operária e os trabalhadores em geral perderam os poucos direitos que haviam conquistado através de duras lutas. Os homens trabalhadores foram obrigados a aumentar sua jornada de trabalho com as horas extras. No entanto, para as mulheres, isso significou não apenas algumas horas a mais de trabalho, mas a dupla jornada de trabalho. Mas a mulher reagiu a essa situação. Nos bairros, criou movimentos reivindicatórios por água, esgoto, escolas e creches. Lançou-se com coragem na luta contra a carestia, em defesa da anistia, participou ativamente das greves.

As mulheres começaram a tomar consciência da discriminação sexual de que são vítimas. Recentemente, duas mulheres foram presas no Rio por abortarem de forma considerada criminosa. Qual a implicação jurídica que coube aos homens responsáveis por essas mulheres estarem grávidas? Evidentemente nenhuma. Os próprios métodos anticoncepcionais de um modo geral são utilizados apenas pelas mulheres, apesar de causarem danos ao organismo. O aborto é muitas vezes usado como meio anticoncepcional. Assim é que o Brasil é vice-campeão em abortos, apesar de ser ilegal (só perde para o Japão). Na maioria das vezes o aborto é praticado por "curiosas" que não oferecem as mínimas condições de higiene ou em clínicas que cobram altíssimos (por volta de 10 mil cruzeiros), executado por médicos inescrupulosos e corruptos.

Outros problemas, como o da virgindade e da frigidez sexual, já

começam a serem questionados, embora ainda não sejam discutidos por amplas massas sob um ponto-de-vista progressista. Essas questões, quando vêm à tona, são acompanhadas de outros problemas, como observou uma mulher durante o 1º Congresso da Mulher Paulista: "Como a gente tem direito ao prazer sexual, se eu e meu marido e mais 4 filhos dormimos todos num quarto só?"

Diante desse quadro em que se encontra a mulher brasileira, indagamos: qual a perspectiva da luta de libertação da mulher num país de capitalismo dependente como o nosso?

Há necessidade de se ampliar as organizações populares, unificá-las em torno da luta contra o regime arbitrário imposto ao povo em 1964. Lutar contra a ditadura militar para as forças populares significa libertar o país do jugo imperialista, instaurar um regime de democracia popular, que garantirá a mais ampla liberdade política e abrirá o caminho para o socialismo.

Durante todo esse processo, a mulher deve conquistar o direito de participar ativamente dessa transformação social, inclusive em sua direção, para que corresponda aos seus verdadeiros interesses, que em nada se opõem às necessidades do proletariado.

Para isso, é importante que, desde já, a mulher se organize também em torno das questões que estão diretamente relacionadas com a sua emancipação. Na prática, a mulher já tem procurado construir essas organizações, como a Sociedade Brasil Mulher, Associação das Mulheres, Nós Mulheres, clubes de mães, etc.



A mulher suporta em dobro os problemas do povo brasileiro.

Movimento de Defesa da Amazônia denuncia:

Governo vai entregar a madeira

Já está pronto, para entrar no Congresso Nacional em março próximo, o projeto do governo de entregar metade da floresta amazônica a grupos internacionais para tirar a madeira sob "contratos de risco". É o mesmo projeto anunciado em fins de 1978 e que por significar a devastação da Amazônia foi então amplamente repudiado pela opinião pública, obrigando o governo a promover um recuo temporário. Depois de disfarçar algum tempo, agora o governo volta à ofensiva, ainda mais que a venda da madeira faz parte de seus planos de exportação para pagar a enorme dívida externa do país.

A denúncia desse novo episódio da entrega das riquezas do país aos grupos capitalistas internacionais está sendo feita pelo Movimento de Defesa da Amazônia. No final do ano passado, a Comissão Executiva Nacional do Movimento de Defesa da Amazônia realizou uma reunião em Salvador e um Encontro Nacional em Belém do Pará. Dessas duas reuniões participaram comitês do MDA da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Amazonas, São Paulo, Acre, Pará e Rio Grande do Sul.

Nesses encontros foi decidida a realização de uma campanha de mobilização nacional em defesa da Amazônia, que deverá ter início em 26 de março próximo, para convocar todo o povo a protestar contra a devastação e a entrega da Amazônia aos grandes capitais. Foram programadas inúmeras atividades de divulgação e esclarecimento, debates, entrevistas com trabalhadores, índios e cientistas, assim como manifestações de massas, atividades no plano parlamentar, ida de uma caravana parlamentar à Amazônia etc. E tudo deverá culminar num Congresso Brasileiro em Defesa da Amazônia.

O Congresso terá um caráter amplo, devendo congregando todos os segmentos da sociedade brasileira engajados na luta contra o regime antipopular e antinacional, tendo como objetivo imediato a unificação dos esforços para derrubar o "pacote florestal". Deverão participar também entidades internacionais de defesa da Amazônia, organizações preservacionistas da natureza e de defesa dos direitos humanos.

Essas atividades estão de acordo com os grandes objetivos de luta traçados pelo Movimento de Defesa da Amazônia e os comitês dos vários Estados, que são:

1 — Impedir os "contratos de risco", que visam institucionalizar a exploração do potencial madeireiro e mineral

2 — Lutar contra a devastação da floresta amazônica e estimular o conhecimento científico da região para encontrar formas não predatórias de uso das riquezas naturais da região;

3 — Lutar contra a ocupação da Amazônia por grandes grupos econômicos e em especial contra as manobras do imperialismo que, com apoio do governo e dos monopólios nacionais, visam internacionalizá-la;

4 — Divulgar e apoiar a luta dos posseiros e dos índios pelos seus direitos, compreendendo sua estreita vinculação com as lutas do povo explorado e oprimido de todo o país.

5 — Defender uma ocupação racional da Amazônia, vinculada ao combate ao imperialismo, obedecendo aos interesses da grande maioria da população brasileira.

6 — Participar, portanto, da luta pela soberania nacional, em defesa do meio-ambiente, dos interesses populares e pela conquista das mais amplas liberdades democráticas, aspectos indissolúvelmente ligados" (Da sucursal do Rio de Janeiro).



Greve de fome pela anistia irrestrita

Continua há um mês a greve de fome dos presos políticos Rholine Cavalcanti e Luciano Almeida, presos em Pernambuco e que não foram beneficiados pela anistia restrita da ditadura. Encontram-se já em precárias condições de saúde, com ameaça de vida. A sua luta, que é pela anistia ampla, geral e irrestrita, é a luta de todos os democratas brasileiros. Nesse momento em que a luta pela anistia torna-se mais complexa porque os conciliadores de vários tipos dão-se por satisfeitos com a anistia restrita e se compõem com o regime, os verdadeiros democratas, os trabalhadores e todos os que lutam pela conquista da liberdade, necessitam firmar posição pela continuidade da campanha pela anistia irrestrita. Neste momento, ela se concretiza pelas ações de solidariedade à greve de fome de Rholine e Luciano. E ela terá de continuar até a libertação de todos os presos políticos, o esclarecimento e punição dos crimes da ditadura e o completo desmantelamento do aparato policial-militar repressor. Não se esqueçam: a luta continua!

Vereador enquadrado na LSN

"Figueiredo não tem condições de dirigir o país, pois é capaz de afirmar que seu compromisso é com a nação e não com o povo, o que não deixa de ser uma concepção fascista". Por exprimir este pensamento de milhões de brasileiros, quando falou na tribuna da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Rio Grande do Sul, o vereador Adelmo Genro Filho está respondendo a inquérito policial que apura sua responsabilidade em crime previsto na Lei de Segurança Nacional. Para Adelmo, o fato de ter feito críticas ao general e ao posicionamento de seu regime antipopular e antidemocrático é, no mínimo, o cumprimento de seu dever constitucional e patriótico. Mas não foi só o vereador que foi intimado a depor na Polícia Federal: também jornalistas do jornal local, que publicou o discurso, responderam perguntas feitas pelos policiais numa tentativa de amedrontar a imprensa, pois seu discurso está registrado nas atas da Câmara.

Adelmo Genro em seu depoimento confirmou as críticas a Figueiredo. O vereador é um dos representantes da oposição popular do PMDB gaúcho, se caracterizando sempre por sua combatividade e apoio que tem dado aos movimentos populares.

Falando sobre a tão propagada "Lei de Segurança Nacional", que tem atingido tão arbitrariamente as pessoas que se manifestam contra a ditadura, o vereador classificou-a como um julgamento muito subjetivo, já que a "lei" é tão aberta que dependendo de quem está julgando qualquer ato pode ser enquadrado.

Adelmo reafirma suas críticas a Figueiredo e também enfatiza que a política econômica do governo está levando o povo à rebelião e por isso incidentes como o do Florianópolis tendem a se repetir continuamente.

Operário agredido por deputado

Primeiro ele deu um soco no empregado indefeso. Mas nada lhe aconteceu porque ele é o deputado federal Pedro Germano — a Arena gaúcha. A grande imprensa não divulgou. Os Germanos em Cachoeira do Sul têm poder e as empresas jornalísticas buscam espaço, como é o caso da Companhia Caldas Junior que pretende instalar ali uma retransmissora da TV Guaíba. De sobra o cobrador Dorli Dias foi despedido e seus companheiros obrigados a assinar um documento desconhecendo a agressão.

Dorli era funcionário da Empresa Nossa Senhora da Graça em Cachoeira do Sul de propriedade da família Germano — Pedro Germano, deputado federal, Geraldo Germano, Deputado Estadual e Otavio Germano Vice-governador do Rio Grande do Sul. Ao fazer a última volta da linha na noite, no dia 9 de janeiro, Dorli permitiu que um mendigo pegasse uma carona no coletivo sem pagar a passagem.

O deputado Pedro Germano que vinha de carro atrás do coletivo viu quando isso aconteceu e imediatamente mandou o ônibus parar. Entrou e soqueou Dorli chamando-o de "ladrão e sem vergonha". No outro dia Dorli, de 34 anos, soube que havia sido demitido.

Seus companheiros ficaram bastante revoltados. A empresa forçou seus operários a assinarem um abaixo-assinado, afirmando cnicamente que o clima nela era o melhor possível. Caso algum empregado não assinasse seria imediatamente demitido.

A divulgação da notícia em um dos jornais da Companhia Jornalística Caldas Junior quase causou a demissão do repórter, pois o senhor Breno Caldas comprometera-se com o governo estadual está pleiteando uma retransmissora da sua televisão em Cachoeira do Sul.

Isso mostra até que ponto vai a atropelância dos poderosos dos exploradores que pensam ser os donos do país na hora de tratar os trabalhadores, que produzem as riquezas nacionais.



Brincando na linha do trem, o filho de um operário da Sharp, filho também da favela.

FAVELA LUTA UNIDA

Empurrados para as favelas os operários abrem nova frente de luta.

O movimento dos favelados vem tomando força nos últimos dois anos em São Paulo e no ABC. As reivindicações foram surgindo em inúmeras reuniões, seguidas de visitas em massa às prefeituras e administrações regionais. As exigências são comuns em todas as favelas: luz, água, melhorias nos barracos, atendimento médico, esgotos, arruamento, creches, escolas etc., que lhes proporcionem condições de vida menos más.

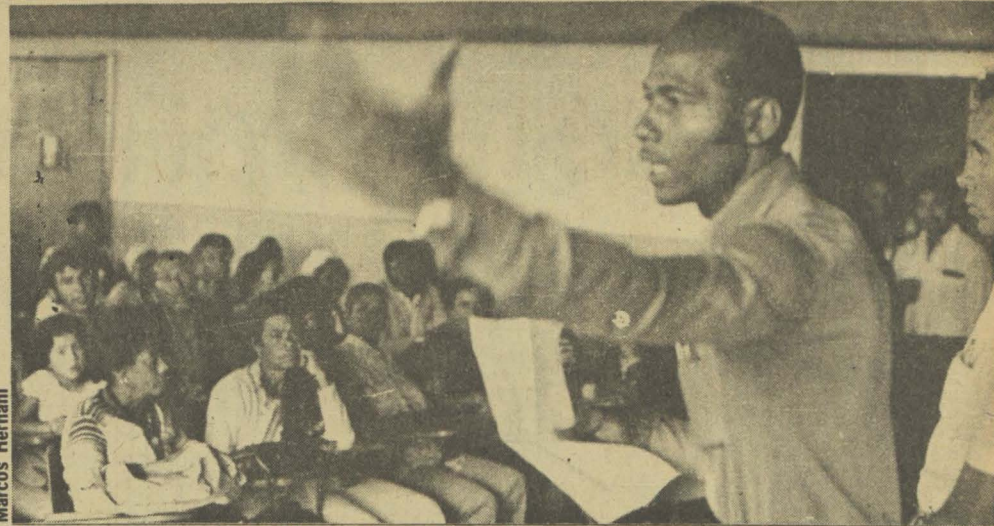
A pressão pelo seu atendimento cresce rapidamente.

Ainda mais porque boa parte da população da capital e das cidades industriais vizinhas atualmente mora em favelas — mais de um milhão de pessoas. E tem se registrado um crescimento do número de favelados de 33 por cento ao ano. Somente em São Bernardo o número de favelas cresceu de três para 49, desde 1964.

Entre os favelados é crescente o número de operários. Não só em São Bernardo, onde, no dizer do ministro Murilo Macedo, se encontra "a elite operária do Brasil", mas

na própria capital, em Diadema, Santo André, São Caetano e Osasco. Todas as favelas estão repletas de prestistas, frezadores, montadores, trabalhadores da construção civil etc. Eles levam para as favelas sua consciência de classe e espírito combativo. Não sendo de estranhar que o movimento dos favelados tenha começado a crescer a partir de 1978, quando as lutas operárias voltaram a se desenvolver e desembocaram em grandes greves.

No ano passado, em respos-



Reunião em São Miguel: 19 favelas se unem para lutar.

ta às pressões dos favelados, a prefeitura de São Paulo anunciou um projeto de melhorias das favelas. Previa a instalação de água, luz, melhorias nos barracos, esgotos, escoamento e limpeza dos córregos, creches, arruamentos etc. O plano parecia excelente mas na prática não era bem assim. Propunha a instalação de um medidor de água (cavelete) para cada 20 barracos; a mesma coisa com a luz, ou seja, um relógio para cada 12 barracos. Com isso, uma família teria de ficar responsável por tudo e ainda responsável por dividir as contas entre os moradores, o que, em experiências anteriores, tem resultado em desentendimentos.

Os moradores das favelas protestaram. A prefeitura resistiu, mas sob pressão, também não implantou o plano anunciado, deixando seu prazo — 31 de dezembro de 1979 — se esgotar. Mas as reivindicações se intensificaram. Ocorrem novas manifestações diante da prefeitura e do palácio do governo estadual. Desacostumados a terem suas promessas cobradas pela população, as autoridades se irritaram. Mas se querem sossego vão primeiro ter de atender às justas reivindicações dos moradores das favelas. Porque, como estes dizem, "chega de conversa para boi dormir".

Um trágico contraste

Atrás do sofisticado Instituto de Física da Universidade de São Paulo situa-se a favela de Vila São Remo, um exemplo vivo dos contrastes de nossa sociedade. Os barracos se enfileiram pela ladeira do morro de São Remo através de ruas estreitas e enlameadas. Barracos de madeira de construção, de 3 por 3 metros e um só cômodo, cobertos de zinco. Em cada barraco, em média,

dez moradores espremidos entre caixotes e móveis improvisados. No barraco de Manoel Rosário, um operário da Volkswagen, de dois cômodos, há uma cama de casal, uma de solteiro e um beliche. Na diminuta cozinha-sala um velho fogão apoiado em pedras, um 'botijão de gás colocado sobre uma cadeira velha, pois quando chove fica tudo inundado. Manoel ganha pouco mais que o salário mínimo e sustenta mulher e seis filhos. Ele reclama do preconceito dos outros contra os moradores das favelas: "ficam de rosto virado como se não fôssemos gente". E acha que, "a hora é de se unir e organizar, tanto na favela, por água, luz, como entre os operários, por melhores salários". Conta que ali na favela já estão organizados, "discutimos nossos problemas e vamos continuar nossa luta, pois esse governo é dos ricos".

As favelas se unem

Do outro lado da cidade, na zona Leste, o movimento das favelas já dá novos passos. Os moradores de várias favelas acabam de fazer uma reunião, com a participação de 300 pessoas, de dezenove favelas, para para unificar suas lutas e formular um abaixo-assinado reivindicando água, luz, moradia e melhores condições de vida para contrapor-se à proposta da prefeitura de urbanizar apenas 36 das 964 favelas existentes na cidade.

Agora, o abaixo-assinado será levado de casa em casa para ser discutido e assinado. Servirá também para atrair a participação de moradores de outras favelas e também de moradores dos bairros da periferia, quase tão abandonados quanto as favelas, já que no fundo a luta é a mesma. Tão cedo o prefeito não vai ter sossego.

A unidade popular vai além dos partidos

A reforma partidária imposta pelo governo vai mostrando, a cada passo, seu caráter autoritário, artificial e limitado. Não é uma solução para o regime e muito menos para o povo. Enquanto se debate para manter a maioria parlamentar o governo faz todos os esforços para alcançar seu objetivo essencial que é a divisão da oposição democrática e principalmente das forças populares.

O PTB, uma de suas principais esperanças para dividir a oposição, não está conseguindo somar forças suficientes para sair desde logo como partido, bloqueado pela rigidez da lei da reforma partidária. E os setores que atraí não são os mais representativos da oposição. Em grande número estão indo para o PTB políticos oportunistas, fisiológicos, que vão lhe dando a tônica principal embora haja também nele setores democráticos. Seu crescimento recente em São Paulo, além de pequeno deveu-se mais a uma manobra de Montoro para além de manter-se no PMDB, lançar uma base de apoio a suas pretensões políticas carreiristas dentro do PTB.

Porém, todas essas manobras a nível parlamentar têm menos importância do que aparentam. Como a reforma partidária é restrita demais para permitir a participação popular, os tra-

balhadores e amplos setores populares ficaram de fora. E continuam a insistir na necessidade de uma ampla liberdade partidária. Por outro lado, vai ficando cada vez mais claro que o que realmente é importante é a unidade democrática e popular a partir das bases, através da organização e unificação de todas as forças e entidades de caráter popular, com vistas à formação de uma sólida unidade para levar até o fim a luta pela democratização e a conquista de um governo de unidade popular e democrática.

O fato de uma parte das forças da oposição popular encontrar-se na "tendência popular" do PMDB, outra no PT e também alguns setores dentro do PTB não impede que elas se mantenham unidas em torno do programa de frente única que foi formulado no correr das lutas dos últimos anos pela completa democratização, pela anistia, plena liberdade de organização partidária e sindical, governo provisório democrático e popular que convoque uma Constituinte e em defesa dos direitos dos trabalhadores e de suas lutas.

Nada impede também essas forças mais consequentes de oposição de atuarem unidas na frente parlamentar e eleitoral, defendendo os interesses populares e lutando pela liberdade.

Rischbieter saiu apavorado com a crise

Quem derrubou Rischbieter não foi Delfim Netto, foi a crise. Assim como Simonsen, que saiu dizendo "para essa crise só Deus tem solução", o ministro da Fazenda caiu por se confessar impotente diante dela. De fato, o documento que divulgou ao ser demitido mostra que a crise econômica do país é bem mais grave do que se imaginava.

O centro do problema é que a ditadura militar entregou de tal forma a economia do país nas mãos do capital financeiro internacional, de tal maneira o país foi envolvido nos mecanismos de exploração dos monopólios, que por mais que produza e exporte, a dívida cresce sempre mais. Assim, mesmo que daqui para 1984 o Brasil consiga o grande feito de fazer exportações no valor de 109 bilhões de dólares, no

mesmo período terá de fazer novos empréstimos no valor de 195 bilhões de dólares. Isto é, a dívida externa que atualmente já é de 50 bilhões de dólares, crescerá em mais 195 bilhões de dólares, uma soma fantástica que convertida para nossa moeda dá 10 trilhões de cruzeiros, quinze vezes mais do que toda moeda corrente no país! Significará uma dívida em torno de 220 mil cruzeiros para cada trabalhador brasileiro.

Em resumo, para pagar suas dívidas e manter o sistema econômico funcionando, o Brasil precisará aumentar ainda mais suas dívidas. Mostrando o grau de desespero a que vão chegando as classes dominantes, Rischbieter levantou a hipótese de o país pedir mo-

ratória (renegociação da dívida externa, como uma concordata). Ou então "repudiar" a dívida, isto é, negar-se a pagá-la. Esta seria a solução justa, já que, explorado pelo imperialismo, o Brasil já pagou várias vezes a dívida, através dos lucros e juros arrancados e das nossas riquezas saqueadas pelo capital estrangeiro. Mas o regime atual não ousará fazer isso, tanto porque teme a represália do capital financeiro internacional como porque tomou o poder para servir ao imperialismo.

Repudiar essa dívida injusta é medida das mais corretas e um objetivo atual de luta do nosso povo. Mais uma razão para os trabalhadores e o povo empunharem-se na luta pela mudança do regime atual, antipopular e pró-imperialista.

Delfim decreta mais arrocho, desemprego e fome

Completando o rombo do "pacotão do Natal" o ministro Delfim Netto acaba de adotar novas medidas antipopulares. Estabeleceu por decreto que a inflação de 1980 não será superior a 50 por cento. No fim de 1979 ela chegava aos 80 por cento e numa tendência a aumentar ainda mais. De lá para cá a crise só se agravou. Como então a inflação poderia, de repente, assumir uma tendência declinante e reduzir seu ritmo nesse nível?

A não ser que Delfim volte a manipular os dados estatísticos, como fez durante o governo Médici e em especial em 1973, quando fixou em 12 por cento a taxa de inflação e ela, na verdade, foi de 26 por cento, conforme denúncia de Mário Henrique Simonsen e do Banco Mundial.

Naquele período, os trabalhadores foram grandemente prejudicados em seus salários porque os reajustes foram

feitos sobre os índices oficiais falsificados. Foi preciso uma grande luta pela reposição dos salários, que deu o primeiro embalo para as grandes greves de 1978 e 79, para que os trabalhadores recuperassem um pouco do que haviam perdido.

Mas ainda não haviam conseguido recuperar todas as perdas e os salários voltavam a ser arrochados. Tanto foi assim que os reajustes do ano passado ficaram em torno dos 60 por cento enquanto a taxa de inflação foi além, chegando perto dos 80 por cento. Portanto, em 1979, os salários perderam 20 por cento do seu valor ou poder de compra.

Agora, a promessa de Delfim aos trabalhadores é que o governo vai manter a política salarial decretada no fim de 1979. Isso significa dizer que o arrocho vai continuar, porque esta é uma política que mantém o arrocho, ainda que mais disfarçado. Os tais índices

mensais do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) fixados de novembro para cá têm sido sempre inferiores às taxas de inflação. Basta manter essa situação para que o arrocho continue. Isso sem falar que Delfim pode fazer ainda outras manipulações, já que tem o controle da Fundação Getúlio Vargas e do IBGE, encarregados de levantar os índices de custo de vida para o governo.

A única maneira de os trabalhadores enfrentarem esse rolo compressor que vai aumentar sua pobreza já insuportável será unindo-se ainda mais, organizando-se melhor, nas fábricas, nos bairros, recorrendo à greve, indo organizados e em massa para os sindicatos para defender seus justos interesses. E também fiscalizar os índices do governo e lutar pelo congelamento dos gêneros de primeira necessidade.

Trabalhadores rurais do Paraná:

AUMENTO DE SALÁRIO OU GREVE NA COLHEITA

Aproxima-se a época da colheita. Mas desta vez os trabalhadores rurais do Paraná — assalariados temporários e permanentes — não estão dispostos a trabalhar se não receberem um reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Desde julho do ano passado eles mudaram a tradicional rotina assistencialista dos 180 sindicatos rurais realizando periodicamente assembleias através das quais foram definindo toda uma plataforma de reivindicações.

Os trabalhadores volantes do Paraná — que com suas famílias somam nada menos que 1 milhão e 200 mil pessoas — estão empenhados numa luta contra a fome e o abandono. Conseguiram sensibilizar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, a qual está patrocinando um dissídio que será julgado pela justiça trabalhista agora, em fevereiro. Por trás do dissídio há um sentimento de insatisfação muito grande e à disposição de luta dos trabalhadores, que dizem: “bóia fria não tem nada a perder, pois não tem casa, nem emprego, nem comida”.

Os latifundiários e empresários agrícolas do Paraná estão preocupados. Seria o caos

para a economia do Estado, sustentada basicamente pela lavoura, se a produção de soja e cana-de-açúcar, que se deve colher nesta época, ficasse na terra, se estragando. Mas não querem renunciar aos salários de fome que pagam aos volantes.

As reivindicações

Das assembleias os trabalhadores rurais tiraram uma extensa lista de reivindicações, aqui resumidas:

- 1) Piso salarial de 4 mil e 500 cruzeiros e reajustes semestrais;
- 2) Aumento de 70% sobre os salários atuais;
- 3) Data-base a partir de 1 de fevereiro de 1980;
- 4) Salário igual para empregado admitido em lugar de outro demitido;
- 5) Alimentação gratuita, farta e sadia aos trabalhadores;
- 6) Moradia gratuita a todos os trabalhadores, inclusive os temporários. Ou então, pagamento de adicional de 20%;
- 7) Adicional de 50% para pagar hora extra ou trabalho noturno;
- 8) Aos domingos e feriados, pagamento em dobro das horas de trabalho;
- 9) Transporte gratuito e



Um fato novo na vida do bóia-fria paranaense: a campanha salarial para defender seus direitos.

seguro dos trabalhadores, proibindo-se o transporte de ferramentas junto;

10) O tempo gasto até o local de serviço deve ser considerado tempo efetivo de trabalho para recebimento de salário;

11) Pagamento integral do salário quando os trabalhadores estiverem à disposição do empregador, mesmo que não possam trabalhar por motivos climáticos (chuva etc.);

12) Fornecer cópia do comprovante do pagamento do salário, com o nome do empregado, importância paga e descontos feitos;

13) Empregador deve fornecer ferramentas e vestimentas adequadas ao serviço;

14) Fornecimento de

equipamentos de proteção contra acidentes de trabalho;

15) Adicional de 50% sobre o salário da categoria a todos os trabalhadores que exerçam trabalho com defensivos agrícolas;

16) Reconhecimento pelos empregadores dos atestados médicos e odontológicos passados por profissionais contratados por sindicatos;

17) Pagamento dos dias em que o trabalhador ficou parado comprovadamente por doença;

18) Estabilidade de 180 dias ao trabalhar que recebe alta médica;

19) Estabilidade provisória à gestante, de 60 dias, no mínimo;

20) Horas extras habitualmente trabalhadas devem ser

integradas na remuneração do trabalhador, tanto para cálculo de aviso prévio como de férias, 13º, descanso remunerado, feriados, indenização etc.;

21) Fazenda que empregue 30 trabalhadores ou em que haja 20 crianças em idade escolar devem manter uma escola de ensino primário;

22) Fornecimento, pelo empregador, de área de terra próxima da residência do empregado, de no mínimo 2 hectares, para que possam plantar e criar animais para a subsistência da família do trabalhador;

23) Não poderá ser demitido o empregado designado para ser delegado sindical;

E outras reivindicações. (Da Sucursal do Paraná)



O mutirão, tradicional sistema de auxílio entre os camponeses, virou forma de enfrentar grilagem.

Posseiros derrotam a Piraguassú

O deputado Dante Martins, do PMDB de Mato Grosso, convocado por dom Casaldáliga, bispo de São Félix de Araguaia, foi a Porto Alegre, lugarejo pertencente ao município de Luciara, onde há muitos anos se desenvolvem conflitos entre posseiros e grileiros da Fazenda Piraguassu (do Grupo Yanmar-Equipamentos Agrícolas).

O deputado contou que a Fazenda Piraguassu mandou alguns jagunços fazerem uma cerca na posse de Alberto Gomes de Abreu. No dia 18 de dezembro, 15 posseiros foram embargar a construção da cerca. Como um jagunço, o Capixaba, quisesse reagir com armas, os posseiros tiveram de se defender, baleando o jagunço, que veio a falecer. Depois, embrenharam-se na mata.

A Fazenda mobilizou aviões para transportar policiais, que ficaram às expensas da Piraguassu para perseguir os posseiros. Temendo se embrenhar na mata, a polícia usou os batidos métodos de ameaçar e atemorizar os moradores do povoado e demais posseiros, prendendo ilegalmente o motorista que levava os posseiros para embargar a cerca e o irmão de um deles. Aconteceu o que os grileiros não esperavam. Posseiros das regiões vizinhas, inclusive Ca-

nabrava (a 60 km de Porto Alegre), cercaram a delegacia e exigiram a soltura dos presos, no que foram logo atendidos pelos policiais. Funcionou o habeas corpus que de fato vale neste regime.

Depois de 18 dias, os posseiros saíram do mato para depor, mas acompanhados por advogados da Fetagri e da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, pelo bispo e pelo deputado. O interrogatório foi feito na presença de uns 150 posseiros que se revezaram durante 15 horas para garantir a integridade física dos companheiros.

Depois das onze horas da noite, os posseiros reuniram-se e decidiram que no outro dia iriam fazer um mutirão para reintegrar Alberto Gomes na posse. Nesse magnífico mutirão, os posseiros plantaram 1 alqueire de arroz, feijão e milho. Agora, voltaram para suas roças para zelar do que por direito lhes pertence, pois “a terra é para quem nela trabalha”.

Os posseiros de Porto Alegre conquistaram vitórias importantes. Este exemplo mostra que unidos e firmes, sabendo articular várias formas de luta e procurando o apoio de outros setores, sem dúvida alcançarão a posse da terra. (Correspondente de Cuiabá, MT)

Depois de quatro dias de greve, os operários da empresa de construção civil Gus Livonius, de Porto Alegre, tiveram atendidas todas as suas reivindicações. Os serventes passaram de 15 para 18 cruzeiros por hora. Os profissionais terão uma remuneração de 28 cruzeiros a hora.

Durante sete horas os representantes do Sindicato, dos operários e dos patrões estiveram reunidos. No final, só não se conseguiu uma das reivindicações: os operários queriam que os quatro dias de greve fossem pagos normalmente, e conseguiram o pagamento de dois.

O Movimento Contra a Carestia reorganizou-se na grande Porto Alegre. E já marcou seu primeiro congresso no Rio Grande do Sul: 9 de março.

A reunião concluiu que o Movimento precisa de um trabalho que traga a maioria das vilas para a luta contra a carestia.

O Movimento em Porto Alegre ainda carece de propostas de lutas concretas. Mas problemas é o que não falta. Subiram recentemente os preços das passagens de ônibus. E o feijão encareceu 60%. E respondendo a esses problemas que aluta contra a carestia tomará o peso que merece.

Estas são as lutas dos sindicatos em 80

Depois do encontro de Belo Horizonte (ver Tribuna Operária nº 5), os líderes sindicalistas mais ativos do país tiveram três reuniões nacionais: em Monlevade, Minas Gerais, São Paulo e Porto Alegre.

Houve sensível avanço entre a reunião de Belo Horizonte e estas últimas. Na capital mineira, o toque dominante foi a divergência. E o que é mais grave: predominaram, em certos casos, as posições mais acomodadas entre as presentes. Já em Monlevade, São Paulo e Porto Alegre, prevaleceu o espírito unitário, anseio sentido das bases sindicais. E foi possível adotar decisões unitárias que, se forem levadas à prática com garra, vão ter um papel de peso no movimento sindical.

A plataforma do movimento sindical

Foram definidas quatro bandeiras prioritárias para unificar as lutas de 1980:

1. Luta pelo salário mínimo real unificado. Foi encomendado ao DIEESE um cálculo para definir qual deve ser o salário mínimo necessário para a sobrevivência do trabalhador e sua família. É uma bandeira de grande alcance, inclusive pelo interesse que desperta nas regiões e categorias mais pobres, onde muitas vezes o movimento operário e sindical sofre um certo atraso.

2. Garantia no emprego. Uma reivindicação cresce de importância, diante dos “pacotes” e “pacotinhos” de Figueiredo-Delfim, que ameaçam o país com a recessão e os trabalhadores com o desemprego em massa.

3. Reforma agrária. Depois de algumas resistências iniciais, a exigência de reforma agrária foi adotada por unanimidade. E ficou claro que os trabalhadores urbanos também estão diretamente interessados nela, já que o domínio do latifúndio é um dos principais responsáveis pela inflação crônica e aguda que castiga todos.

que agora deverá ser assumida com maior empenho pelos sindicatos, que pretendem levantar com força a reivindicação de congelamento dos gêneros de primeira necessidade.

A reunião de São Paulo decidiu também encaminhar nacionalmente uma Campanha pelo Primeiro de Maio Unificado, que incluirá mais uma bandeira, a da liberdade e autonomia sindicais.

Finalmente, ficou decidida a realização, ainda este ano, do CONCLAT, Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, que será encaminhado à revelia dos pelegos do tipo Ari Campista e companhia.

Princípios

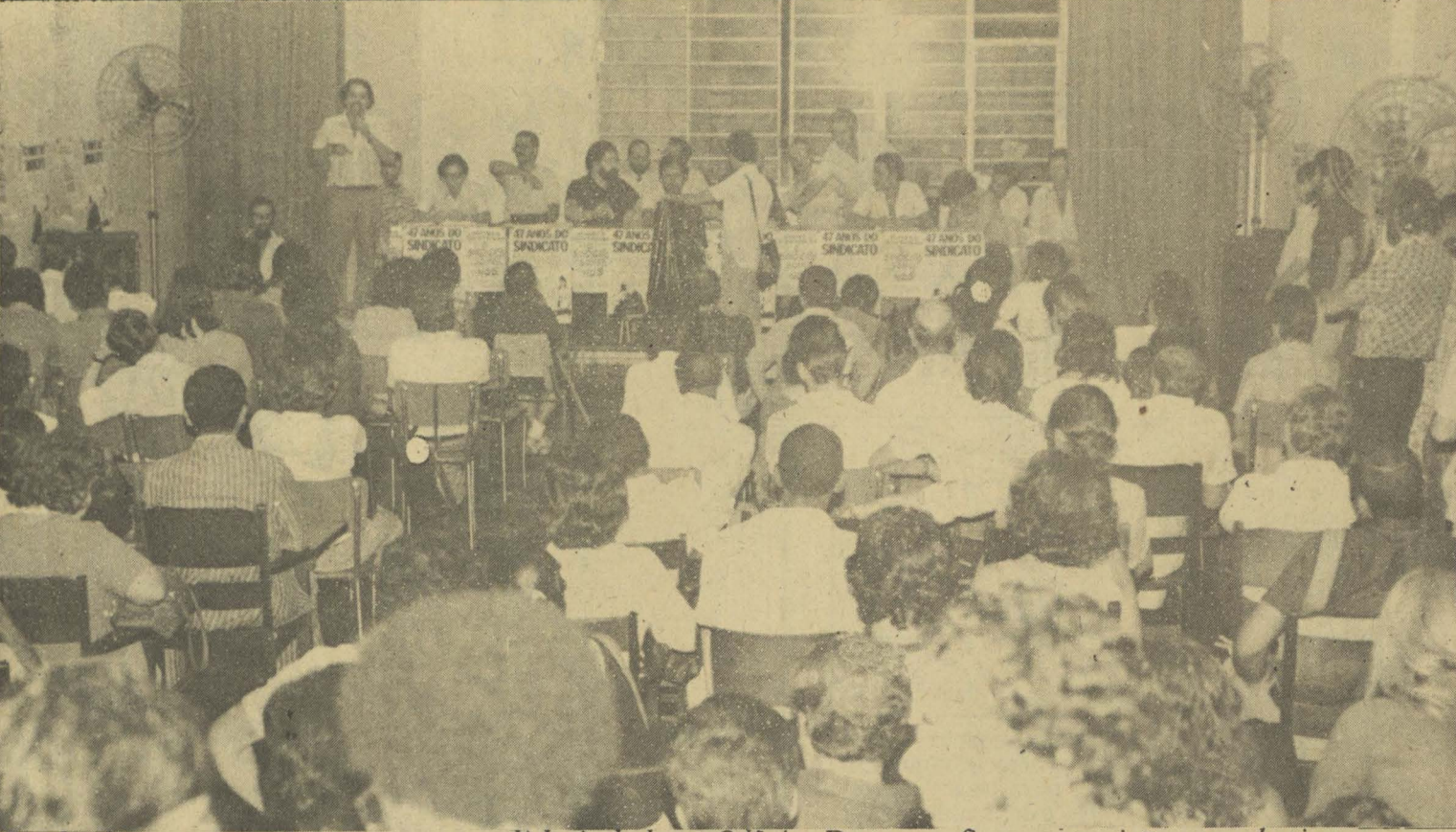
O encontro em Monlevade partiu de uma homenagem dos metalúrgicos da cidade ao presidente de seu Sindicato, João Paulo Pires. Era o dia do seu aniversário e os operários se cotizaram para dar-lhe um presente, um Volkswagem, para substituir o que foi destruído num atentado da extrema direita para-policial.

João Paulo fez, na ocasião, um balanço da onda de greves do movimento sindical. E sintetizou suas posições:

Não se pode atrelar o sindicato a partidos políticos. Deve haver pluralismo ideológico dentro das organizações sindicais. É ampla democracia, inclusive com plena liberdade para as oposições.

As reivindicações não podem ser escolhidas por uma minoria. As bases, totalmente mobilizadas, são a chave da vitória.

Só se deve entrar em greve com apoio expressivo da categoria. Neste ponto, João Paulo criticou tanto as greves deflagradas sem certeza da vitória quanto as direções que “não são corajosas na mobilização e se prostituem”. E neste ponto ele pode falar de cadeira. Seu sindicato dirigiu uma das greves mais coesas dos últimos tempos, em outubro passado. Nem foi preciso piquete. A paralização foi total.



Sindicalistas autênticos prestam solidariedade a Olívio Dutra e firmam posições combativas.

Encontro de Porto Alegre;

A greve é legítima e necessária

Cerca de 50 sindicatos de todo o país reuniram-se em Porto Alegre, no dia 18 de janeiro, para prestar sua solidariedade ao Sindicato dos Bancários e exigir que Olívio Dutra, afastado da presidência desde a última greve dos bancários, volte a ocupar seu cargo, para o qual foi legitimamente eleito pela categoria.

Demonstrando vigor e coesão, os sindicalistas autênticos repudiaram com veemência o arbítrio da ditadura, recusando-se a pactuar com o governo que faz pesar sobre os trabalhadores os salários de fome, a repressão às suas legítimas aspirações, a prisão e afastamento de seus líderes.

Unânime a legitimação da greve, como forma de luta dos trabalhadores, reafirmando que esta continua sendo uma arma indispensável à conquista de melhores salários e condições de vida, e que cada vez mais é

necessário a união e organização da classe para enfrentar futuros embates, ainda mais duros.

Independente da sigla partidária que cada um defende, o encontro serviu para mostrar que operários e setores populares unem-se na luta comum contra o arbítrio e a opressão.

Os sindicalistas reafirmaram também a importância da liberdade para os que trabalham. São os trabalhadores os maiores interessados na luta pela democracia, pois só poderão melhorar suas condições de vida com a derrubada deste governo arbitrário.

Manifestaram ainda a necessidade de procurar a solidariedade internacional dos trabalhadores, através de organismos representativos, es-

treitando os laços dos operários brasileiros com os operários de todo o mundo.

Destacaram ainda os anos de luta dos trabalhadores brasileiros, em que o 47º aniversário do Sindicato dos Bancários representa a longa caminhada do trabalhador, com suas raízes fincadas num passado de lutas e que continua, independente da vontade das classes dominantes, em busca de seu futuro, de uma sociedade mais justa para os trabalhadores.

O encontro mostrou que ainda não há por parte dessas lideranças uma compreensão exata do agravamento da crise que o país atravessa e das tarefas decorrentes. Entretanto, todos reafirmaram a disposição de permanecerem à frente de suas categorias na luta comum e sem conciliação, contra a exploração e a opressão (da *Surcursal de Porto Alegre*)

Os metalúrgicos gaúchos entram na briga

Metalúrgicos gaúchos entram para valer no debate sobre as greves.

Abaixo, a nota final

e um texto preparatório do encontro de Caxias.

"Companheiros Metalúrgicos da base de Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Caxias do Sul, em reunião realizada dia 06.01.80, nesta cidade, analisando a luta operária no ano de 1979 e sua continuação neste ano, tomam posição no debate nacional sobre os rumos do movimento operário e sindical, que atualmente se desenvolve. Entendemos que é uma campanha sistemática que os pelegos e seus aliados vem desenvolvendo contra as oposições sindicais, tendo como alvo inicial a oposição metalúrgica de São Paulo.

"É cada vez mais clara a existência de uma campanha arquitetada pelo governo, pelos dirigentes sindicais pelegos e pelos conciliadores, no sentido de desmoralizar a arma da greve".

"Esta campanha não se dá por acaso, mas tem por objetivo preparar o terreno para a aceitação pelos trabalhadores do chamado 'pacto social' proposto pelo governo. Na verdade, mais uma manobra que, acenando com o atendimento de algumas reivindicações desde há muito tempo sustentadas pelos trabalhadores, exige em troca o abandono da luta grevista pelo espaço de 2 anos".

"Assim, com a desculpa de criticar alguns erros cometidos na condução da recente greve metalúrgica de São Paulo, estes elementos investem contra os companheiros da oposição metalúrgica, acusando-os de aventureiros, provocadores, etc.

"Ao sustentar que a arma da greve seja 'repensada', como se os trabalhadores não estivessem sempre repensando suas formas de luta e organização; ao propor que cada greve seja deflagrada em condições ideais;

ao proclamar que são aventureiros todos os que não se submetem a suas lideranças conciliadoras, os burocratas sindicais e seus aliados, temem, na verdade, é que as massas mobilizadas façam dos sindicatos verdadeiros instrumentos de luta e não de conciliação e conchavos (...)"

"A luta grevista dos trabalhadores brasileiros nestes 2 últimos anos, transformou-se num amplo movimento de massas. Devemos somar todos os esforços para que este movimento se alastre ainda mais e supere sua atual dispersão, unificando e articulando nacionalmente as diversas lutas dos trabalhadores.

"O objetivo central deste amplo movimento, o que está empurrando milhões de trabalhadores à luta; é a derrubada do arrocho salarial, a melhoria das condições de trabalho e moradia, a garantia no emprego, liberdade e autonomia dos sindicatos e o direito de greve. O combate por estes objetivos vem se chocando, porém, com a falta de democracia para os trabalhadores. Assim, cada vez mais, se coloca como uma questão

eles visam é preparar o terreno para a aceitação pelos trabalhadores do 'pacto social' proposto pelo governo.

"Querem ainda esvaziar a luta dos trabalhadores por suas justas reivindicações, temendo serem superados neste amplo movimento. Consideramos que este é um momento decisivo para se buscar a unidade e a independência do movimento operário.

"Forjar uma sólida ligação entre as lideranças sindicais autênticas e setores combativos das bases, em defesa dos reais interesses dos trabalhadores".

fundamental para a classe operária a luta pelas liberdades políticas. E nesta luta a classe operária deve procurar se unir com os demais setores populares, interessados numa verdadeira democracia.

"Para conquistar estes objetivos, precisamos nos organizar. Esta organização começa com a participação das amplas massas na vida sindical.

"Com o avanço da luta e o surgimento de operários combativos que passam a compreender o alcance deste movimento, nasce a necessidade de formas mais elevadas de organização. A Comissão de Fábrica responde este anseio (...)

"Estão colocadas em confronto duas posições fundamentais. Uma, a dos burocratas sindicais e seus aliados, que servem de instrumento para o governo num novo 'pacto social', que visa manter a escravidão dos trabalhadores. De outro lado, as lideranças sindicais autênticas e os setores combativos das bases, que devem forjar uma sólida unidade em torno de uma posição classista consequente, em defesa dos reais interesses dos trabalhadores".

Metalúrgicos do ABC em campanha:

É hora da onça beber água

Já começou a campanha salarial dos metalúrgicos do interior de São Paulo, que vai até março/abril. São 500 mil operários em luta, sendo a metade no ABC.

Os Sindicatos de Santo André, São Bernardo e São Caetano já resolveram: *Assembliã no ABC. Começou a luta.*

São Bernardo: a importância do trabalho nas empresas

Em São Bernardo os metalúrgicos estão usando novamente um método que já mostrou sua força em 1979: reuniões semanais, autônomas, por empresa, no Sindicato. Elas escolhem os membros da comissão salarial. E o que é mais importante: discutem como conduzir a campanha dentro das fábricas, que são o centro nervoso da luta. "Isto vai ser o elo entre a fábrica e o Sindicato", comenta um ativista.

No caso de firmas gigantes, como a Volkswagen, as reuniões são até por ala. Ao contrário do ano passado, desta vez não houve uma assembleia geral que desse um impulso inicial ao processo. Mas, mesmo assim, quando se trabalha para valer, as reuniões são um sucesso. A ala de prensas da Volks já reuniu de 80 a 100 operários de uma vez.

A nova lei salarial em ação: confusão geral

Está é a primeira campanha em que os metalúrgicos do ABC sofrem os efeitos da nova lei salarial imposta por Figueiredo em outubro passado. E logo de início o resultado tem sido uma grande atrapalhão. "A nova lei está conseguindo o que eles queriam", diz uma metalúrgica de Santo André. Os operários e mesmo lideranças se atrapalham com o novo sistema. E técnicos do DIEESE já manifestaram o receio de que isso venha dificultar uma maior mobilização.

Em consequência, as reuniões e assembleias ainda não agarraram o problema do índice de reajuste salarial. Discute-se escala móvel de salários, delegados sindicais por empresa, levantou-se a reivindicação de redução da jornada



Assembliã no ABC. Começou a luta.

de trabalho, que tem mobilizado metalúrgicos em vários países. Mas a questão número um, o salário, ainda não entrou na ordem do dia.

"Vai haver greve tão certo como dois e dois são quatro"

Pode-se notar que até agora o ambiente está mais "quente" nas fábricas do que nos sindicatos. As experiências de 1978 e 1979 calaram fundo na consciência da classe.

"Este ano — dizem os metalúrgicos — o pessoal de fábrica está certo como dois e dois são quatro de que vai haver greve". Entre os dirigentes sindicais também parece haver um consenso de que algum tipo de paralisação vai ter que sair. Lula declarou até na TV que a categoria está disposta a parar. Por sua vez, os patrões e o governo inclinam-se para uma atitude inflexível, do tipo que só a greve consegue dobrar.

Mas existe hoje uma polêmica no movimento operário, sobre a validade das paralisações. A questão se coloca com maior clareza entre os metalúrgicos de São Paulo: de um lado, o pelego Joaquim e seus aliados, Bira, Bigode, a "Hora do Povo" e companhia, não perdem oportunidade de atacar a greve; de outro, o Comando de Mobilização (antigo Comando de Greve) defende a paralisação.

A polêmica se desenvolve também no ABC. E isto dá uma importância ainda maior à luta que se iniciou. A campanha passa a ser encerrada como um teste, na prática, das duas posições em conflito: a que quer empurrar o movimento operário para frente e a que procura segurá-lo. Dentro de algum tempo, os olhos de toda a classe e de todos os explorados do país vão estar voltados para o ABC, à espera de um exemplo. Os metalúrgicos em campanha sabem disso. E estão se esforçando para ninar a camisa: parar, ganhar e levar. (Bernardo Joffily)



Assembliãs cada vez maiores do funcionalismo farto de exploração.

Funcionários públicos;

"Tartaruga" em Campinas por 75%

Os sacos de lixo se amontoam nas ruas de Campinas (São Paulo). Os serviços públicos estão praticamente paralisados. É a "tartaruga" dos serviços municipais.

Na noite do dia 18, os funcionários públicos municipais de Campinas deram resposta à inflação de 80% no ano de 1979 e às recentes medidas tomadas pelo governo no campo econômico e social. Reunidos em assembleia geral, mais de 3 mil trabalhadores de diferentes funções, do lixo de rua ao contador, dos mé-

dicos aos jardineiros de parques públicos, decidiram reivindicar reajuste salarial de 75,4% e piso de Cr\$ 5.500,00.

O prefeito Francisco Amaral, alegando dificuldades orçamentárias e culpando a arrecadação tributária municipal, havia proposto abono de 60% escalonado de fevereiro a setembro. Os trabalhadores rejeitaram-no, mostrando a receita da Prefeitura. E decidiram partir para a "operação tartaruga", que se mantinha firme até o dia 22, quando fechamos esta edição. (do correspondente)

Fala o Povo

Nossa seção inaugura hoje um quadro com a relação de trabalhadores que contribuem para a sustentação da **Tribuna Operária**. E continua a divulgar correspondências de todo o Brasil. Escreva você também. Nossos endereços em São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Salvador estão na página 1.

COFAP TRATA OPERÁRIOS COMO SE FOSSEM ANIMAIS

A Cofap é uma grande indústria metalúrgica, não há dúvidas, mas é grande também nos problemas e exploração do trabalhador. Para começar: o pessoal que trabalha em Mauá é obrigado a ir no único refeitório, que fica na fábrica de Santo André, portanto, o pessoal que faz hora corrida e que tem apenas trinta minutos para as refeições não tem tempo nem para respirar.

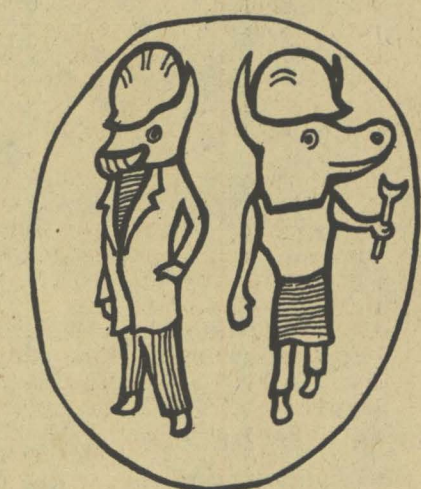
Se o operário faltar sem justificativa recebe carta de advertência. O atendimento médico é na própria fábrica, inclusive para os dependentes. Se a gente ficar doente à noite ou no fim de semana tem que procurar os Hospitais de Convênios; lá eles prendem sua carteira e mandam um relatório do seu problema para a firma e, se ela achar que a doença é pouca, a consulta é descontada no nosso pagamento. Se o trabalhador tem algum problema de saúde e tem que passar no médico em horário de serviço é barrado no Consultório pelo enfermeiro que lhe faz algumas perguntas cretinas tais como: o que você tem? o que você acha que deve fazer para sarar? Após esse interrogatório ele diz que tem muita gente para ser atendida e que a gente deve voltar fora de horário de trabalho e lhe dá AS para tomar de três em três horas.

Quanto aos médicos justificarem dias de licença é coisa raríssima, é preciso não estar se aguentando em pé ou então com doença contagiosa.

Na Cofap a maioria dos médicos já vendeu há muito tempo seu diploma, sua dignidade, sua moral e tratam os trabalhadores como uma grande manada de animais. Quem sabe pelo menos eles sintam dor na consciência por saberem que são pagos pelo nosso trabalho ou, então, medo ao pensarem que um dia esta mamata pode acabar.

Caso a gente esqueça de marcar o cartão perde duas horas; se a gente chegar atrasado eles descontam quatro horas além do domingo.

Pois é, companheiros. Além de todos esses problemas ainda temos uns encarregados que se comportam como se fosse no ano de 1.800 ou no início da industrialização, quando não existiam as leis do Trabalho, tudo era permitido ao patrão e nada ao trabalhador; encarregados (as) que tratam os empregados aos gritos, esquecendo que também são empregados assalariados e que além disso também ganham seus salários à custa de nosso trabalho. A prova maior dessa repressão que sofremos por parte da chefia é o fato de que no ano passado um operário revoltado com as humilhações que lhe eram impostas matou seu chefe na própria seção. E ainda tem mais: no sistema de compensação o



o
o
o



trabalhador nunca é consultado sobre a forma de trabalho a ser adotada, ficando tudo nas mãos da chefia, que faz a programação de acordo com seus passeios. Geralmente a compensação é aos domingos, sendo assim: a turma que trabalha no sábado das 14 às 22 horas volta no domingo às seis horas da manhã, tendo um espaço de oito horas de uma jornada para outra.

Agora nós perguntamos: como é que pode uma empresa manter uma situação de tanta humilhação e exploração numa região como esta?

Portanto, companheiro, se você está pensando em ir para a Cofap se prepare para entrar com forte espírito de luta e vontade de mudar essa situação. Se você trabalha na Cofap, enfrente esta situação, combata as injustiças, coloque acima de tudo sua dignidade de trabalhador. E estejam certos, companheiros, cada um fazendo a sua parte estaremos ajudando a acabar com muitas injustiças. (M.P., metalúrgica de Santo André, SP)



Safadezas contra os bóias-frias

Sou operário, trabalho em São Paulo, estive em Ribeirão Preto e gostaria de denunciar algumas entre muitas safadezas que sofrem nossos companheiros camponeses, naquela região.

Quando o camponês vai pedir emprego em alguma plantação de cana de açúcar, os safadeiros oferecem dois tipos de salários; com registro de carteira o salário é mais baixo. Justamente para o camponês não ter nenhum comprovante para reclamar os seus direitos.

Quando estive lá, o salário era de 1.600 cruzeiros para trabalhar das cinco horas da manhã às sete horas da noite.

Os fazendeiros descontam dos camponeses uma porcentagem da contribuição para um time de futebol.

Descontam, além do INPS, um convênio médico que ninguém vê.

Quando algum trabalhador reclama do salário ele fica sem o pau de arara (caminhão) no outro dia, sendo obrigado a andar muitos quilômetros a pé.

Um companheiro certa vez foi um reunião do Movimento Contra a Carestia e foi ameaçado várias vezes, inclusive jogaram o caminhão em cima dele.

Isto são algumas das safadezas que sofrem os companheiros camponeses.

Os camponeses não agüentam mais e já falam, que em vez de usar a foice para cortar cana, vão usar para cortar os pescoços dos fazendeiros.

(W.G., São Paulo, SP)

O Sindicato antes de 64 era o verdadeiro líder

Foi com atenção que lemos uma das páginas deste jornal que dizia que o homem do campo vive na maior miséria. E bem verdade que de 64 para cá a fome se apoderou de nossas casas, que não sabemos mais para quem apelar.

Antes de 64 todos os camponeses tinham uma vida melhor, pois nós comíamos três vezes certas por dia. O nosso Sindicato em Palmares era bastante atuante, era o verdadeiro líder. Era um dos maiores, pois tinha na época 45 mil associados. Naquele tempo pagávamos 50 centavos por semana e com esse dinheiro o nosso Sindicato comprou oito viaturas para serviços com assistência médica, jurídica, hospitalar e dentária, inclusive quatro casas para a nossa diretoria. E ainda tinha certa quantia depositada no banco.

Hoje, pagamos a este finado sindicato 45 cruzeiros por semana, o que é além do desconto legal de 2% do salário mínimo mensal. E mesmo assim este pelego desconta impiedosamente, sem discutir com a classe.

O nosso verdadeiro líder foi barbaramente espancado, expulso, processado, e todo o seu pecado foi apenas cumprir com o seu dever.



Hoje só temos a lembrança desta criatura que se dedicou tanto a sua classe. Só nos resta pensar que esta pessoa tenha sido inutilizada por este governo, que veio para salvar o Brasil mas ao contrário, só fez deixar-nos expostos ao pior estado de miséria, que é o que temos recebido.

E aí de nós se reclamamos, pois somos espancados e até mortos, como aconteceu na Usina Estrelana, onde um empregado assassinou com três tiros de revólver calibre 38 um trabalhador, pelo simples fato deste ter reclamado uma conta exagerada. O criminoso continua como se nada tivesse feito, pois o delegado só prende camponês, e se o usineiro mandar. (E.J.S., Água Preta, Pernambuco)

Comissão rouba luz dos moradores

Vila São Jorge-Kosmo, Campo Grande (Rio de Janeiro). Moradores desse bairro reclamam da Comissão de Luz, que altera as contas em seu valor, cobrando preços mais altos do que o normal. Quando os moradores reclamam, o presidente da Comissão simplesmente altera a conta alegando que houve engano. Porém o engano é sempre para mais e nunca para menos. Além de tudo, existe um telefone no local, que foi conseguido pelo povo e que no entanto fica na casa do presidente da Comissão, que faz comércio com o mesmo, cobrando dez cruzeiros por telefonema.

Outra reclamação do povo: as pessoas que vão pagar suas contas são atendidas agressivamente por uma senhora chamada Dona Iná.

Alegam também que os empregados da Comissão em sua maioria são parentes do presidente. E que o próprio presidente não paga luz, apesar de ter todos os aparelhos eletrodomésticos dentro de casa.

Os moradores estão encaminhando uma luta para conseguirem luz diretamente da Light, pois acreditam que somente assim poderão ficar livres do problema. (J.S. - Campo Grande, Rio de Janeiro)

Nova capital é para o pianista encher o bolso

A capital não pode mudar, porque o dinheiro do operário brasileiro não está sobrando.

Enquanto o sr. pianista (o governador paulista, Paulo Maluf) quer gastar milhões em benefícios do próprio bolso, nossos filhos passam privações. Por exemplo: nas escolas municipais o período diurno não comporta as crianças que cursam a sexta série. E essas crianças de 12 anos ficam à mercê de marginais que invadem até a própria escola. E comum em nosso bairro saber de meninas de 12 ou 13 que são violentadas por tarados, porque nesse horário (das 19 às 23 horas) é muito tarde para os policiais ficarem na rua. Eu acho que é mais seguro para eles ficarem sempre no centro, para que os pobres trabalhadores possam se rebelar contra o custo de vida.

Esses grandes policiais, defensores de uma grande Pátria deveriam parar um pouco e pensar. Defender a Pátria não é defender um vácuo. O povo é a Pátria. Em vez de só fazer gesto de continência, eles deveriam ver realmente a nossa bandeira. O branco é a paz, que o trabalhador não tem porque passa fome o ano inteiro. O amarelo é o ouro, que está no bolso da minoria enquanto o pobre trabalhador está passando fome. O verde, o estrangeiro esta levando e os nossos governos entregando (e o Exército apoiando). A única

coisa que nós temos é o azul do céu.

(...) Soldado, mentalize a bandeira e veja que está na hora de fazer alguma coisa para o trabalhador que não tem casa, mora em favela. Os filhos do trabalhador são obrigados a ficar à mercê de marginais. Ele próprio fica, porque não tem onde morar, sai de casa às cinco da madrugada e chega às 20 horas. Seus filhos, de tanto passar fome e morar no meio de marginais, já estão virando trombadinhas.

Em vez de falar em defender a Pátria e ir contra o povo faminto, defendam a de verdade, porque no seu interior você está me dando razão. Em vez de levantar armas contra o operário que faz a nossa nação, levante-a contra os grandes, que estão com o dinheiro do Brasil em seus bolsos, ou melhor, nos bancos da Suíça, em suas contas particulares.

O Brasil tem extensão para ser um continente e no entanto até milho, arroz e outras coisas, se compra do estrangeiro. Qualquer pessoa, mesmo não tendo estudo, como eu, vê as falhas do governo. Somente os grandes responsáveis pelas Forças Armadas, não querem ver. Ponham a mão na consciência e vejam o cargo que ocupam! (...) Em vez de nova capital, queremos escolas, centros de saúde, enfim, queremos condições de vida. (N.N. M. - Itaim Paulista, São Paulo, SP)

Jornal brasileiro e anti-racista

Prezados Senhores diretores. Tenho um exemplar do jornal Tribuna Operária, o de número quatro. Este jornal é bom. Mas é brasileiro, sendo brasileiro ele é racista.

Qualquer revista ou jornal, no Brasil, que publique uma reportagem sobre fome, favela, criminalidade ou emprego humilhante tem que aparecer o negro. Este jornal não poderia agir diferente.

Pergunto aos senhores: esta colaboradora de Belém do Pará, M.J., empregada doméstica enviou alguma foto que indentificasse sua cor? Então não se justifica aquele desenho humilhante e agressivo.

Sou exemplo: correspondente amador do "Diário de Notícias" de Ribeirão Preto e Prêmio Literário 1964 promovido pela prefeitura local. Curioso: O Dr. Martin Luther King foi Prêmio Nobel da Paz.

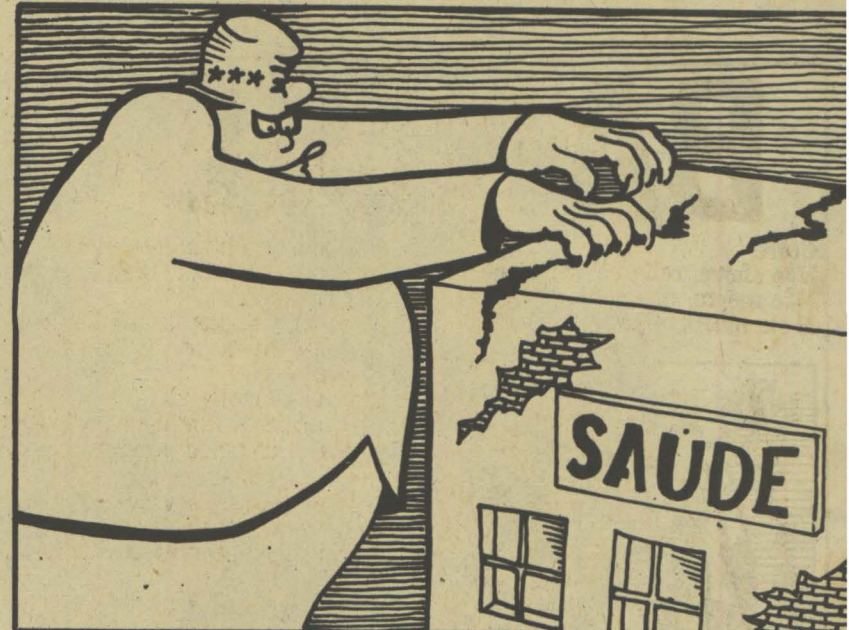
Algum dia farei uma visita à redação deste jornal. (N. O. M., Tremembé, São Paulo, SP)

Resposta: Discutimos na Redação esta carta e reconhecemos que o jornal errou ao publicar esse desenho. Aliás este leitor não foi a única pessoa que criticou o desenho



da empregada preta e da patroa branca no "Fala o Povo" de nosso número 4.

Só não concordamos com a conclusão de que nosso jornal sendo brasileiro, tem que ser racista. A Tribuna é um jornal comprometido com a classe operária. Esta classe só se libertará libertando também toda a humanidade, de todos os tipos de exploração, de opressão e preconceitos sociais e raciais. Já apoiamos e continuaremos apoiando a luta contra o racismo. E achamos que a publicação desta carta é também uma forma de levar adiante esta luta. (Pela Redação, Olivia Rangel).



Médicos só falaram em greve e já receberam os atrasados

Mais um hospital em convênio com o INAMPS está vivendo uma crise: o Hospital Nossa Senhora da Penha, que atende 2 milhões e 200 mil habitantes da Zona Leste de São Paulo.

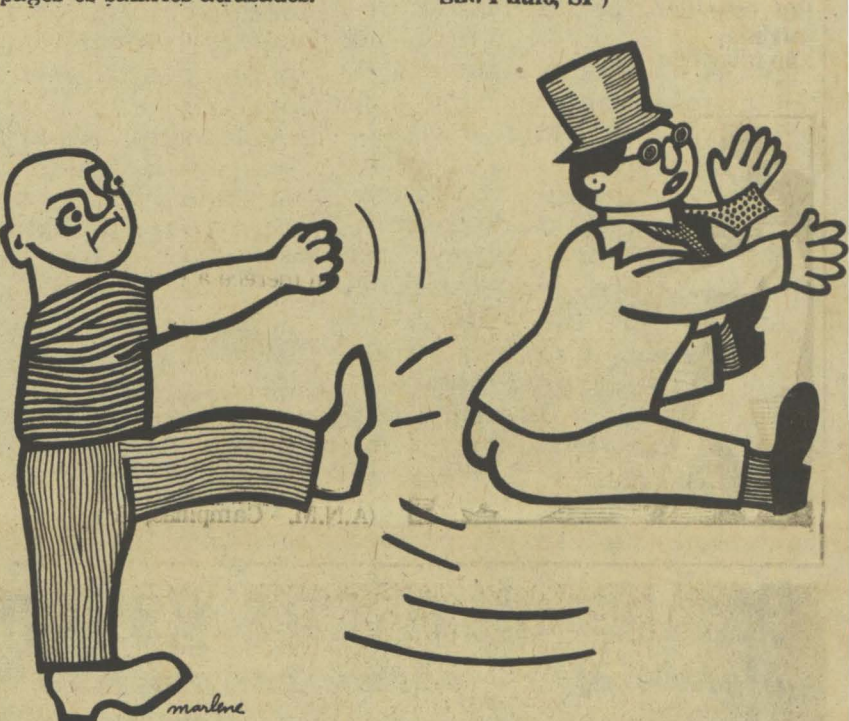
Aproveitando-se da crise, a direção do Hospital atrasou os salários dos médicos por dois meses e dos funcionários por um mês.

Em vista da situação, os médicos do Hospital decidiram iniciar uma mobilização, ameaçando a direção com greve caso não fossem pagos os salários atrasados.

A direção cedeu à pressão antes de se iniciar a paralisação.

Atrás disso tudo há um problema bem mais sério: o INAMPS está simulando uma crise de verba (o que não é verdadeiro, pois recolhe mensalmente do salário dos trabalhadores), para decretar falência e entregar a assistência da saúde às multinacionais.

E mais um setor que vem sendo entregue aos poucos aos interesses gananciosos dos imperialistas. (S.J. São Paulo, SP)



Tenha paciência, prefeito!

Grande vitória da consciência popular!

No dia 11 de janeiro de 1980, no Colégio Pedro II, em São Miguel Paulista, foi votada a não criação do Conselho Comunitário (tutelado pela Prefeitura) no Distrito de São Miguel, com a presença de dezenas de Sociedades de Amigos de Bairro, entidades religiosas, sociais, etc.

A ideia de que as organizações populares devem nascer de baixo

para cima, e não através de decretos e leis, foi a que prevaleceu.

Já não bastam os Figueiredos, Maluf e Reynaldos e agora o sistema quer atingir profundamente as organizações populares. Tenta organizá-las dentro dos gabinetes obscuros da Prefeitura. Tenha a santa paciência, seu prefeito! (Sociedade dos Amigos do Jardim Silva Teles, São Paulo, SP)

Rodoviários do Rio analisam suas lutas

O movimento dos rodoviários avançou bastante com as lutas travadas neste ano. Os pelegos, tendo à frente o Sebastião, se viram forçados a fazer um remanejamento na nova diretoria do sindicato, retirando os mais preguiçosos e colocando na frente os mais golpistas e maquiavélicos.

Na época da primeira greve, por um lado estavam os pelegos, e de outro, vários grupos que combatiam os pelegos mas, isolados entre si. E enquanto o Sebastião soube manter as suas forças organizadas, as fileiras da oposição não conseguiram chegar a uma sólida unidade para o combate. Depois da greve este problema continuou sem solução.

Entramos na segunda greve ainda sem organização suficiente. Houve divergência até se continuávamos ou não a greve. Por isto não tivemos fôlego para prosseguir. Todos os rodoviários sentiram esta deficiência. E ficaram revoltados com o desfecho que acabou sendo dado pelo Sebastião. Nossa falta de conhecimento contribuiu para este resultado.

Na época da eleição para o sindicato, foi formada a chapa da "oposição sindical". Mas a posição predominante retirou desta bandeira seu caráter combativo. Sem definição clara de objetivos, procurava aglutinar apenas em torno do desejo de botar para fora o pelego Sebastião.

Participamos da oposição mas procuramos deixar claro os objetivos a curto, médio e longo prazo. Repudiamos o peleguismo e seu atrelamento ao Ministério do Trabalho. Denunciamos a estrutura sindical que tem inspiração fascista. Procuramos mostrar que a liberdade sindical deve ser uma con-

quista de toda a categoria e não de um grupinho de pessoas. E que o sindicato deve representar os nossos interesses econômicos, por melhores salários, e políticos. Quem deve decidir sobre o nosso destino somos nós mesmos.

Compreendemos que é preciso lutar por melhores salários e contra toda a política de arrocho salarial do governo. É preciso lutar pela liberdade sindical. Mas ao mesmo tempo participar da política geral. Uma oposição sindical que omite estas questões contribui para continuarmos na miséria, porque desarma o nosso espírito combativo.

Compreendemos que da mesma forma como Sebastião remaneja a diretoria, o governo ditatorial militar é obrigado a fazer manobras para enfrentar a crise atual. Propõe a chamada abertura, mas mantém os instrumentos de defesa do Estado: às vezes agindo diretamente e às claras, outras vezes indiretamente. Procura abrir espaço para as correntes conciliadoras, oportunistas e reformistas. Mas para o povo a ditadura continua sendo ditadura. E para a nossa categoria de rodoviários, o sindicato continua com os pelegos e atrelado. Por isto os verdadeiros sindicalistas ainda não puderam ocupar os seus lugares.

A falta de clareza sobre estes pontos nós trouxe a derrota nas urnas (nas eleições sindicais). Mas tirando lições destas lutas e discutindo estes conhecimentos com toda a categoria, fortaleceremos os mais dignos princípios e a mais sólida união. Neste sentido, podemos também dizer que saímos ligeiramente vitoriosos destas batalhas. (A.S., Rio de Janeiro, RJ)



BANDIDO

Corre
Não chove, relâmpagos explodem
Não morre, não pára, só corre
A ele ninguém socorre.



Mesmo com o braço ferido
Sobe o morro o bandido
Driblando uma saraivada de balas
Não chove, chove bala.

Lá vai, capegando, sofrido
Esse tão mau, tão cruel, tão bandido
Tão vilão

Pega e mata esse cara!
Olha lá, ele está ali escondido
Taquem fogo, não deixem um só gemido
Pra esse tão mau, tão cruel, tão bandido
Não falar nem um aaa...



Ele tem que ficar estendido
Varado, cruzado, rompido
Pra não falar
Que roubava por casa dos filhos
Que assaltava devido ao desespero
de então
Da sua situação
Com amante... mulher e três filhos
E mais um vindo pro mês que vem.

Não se sabe de seu desespero
Nem se sabe de seu desemprego...
De violência, tortura e paixão.

O coitado ficou desesperado
Tão descrente de tal situação
Que brabo e de arma em punho
Resolveu tomar sua resolução.

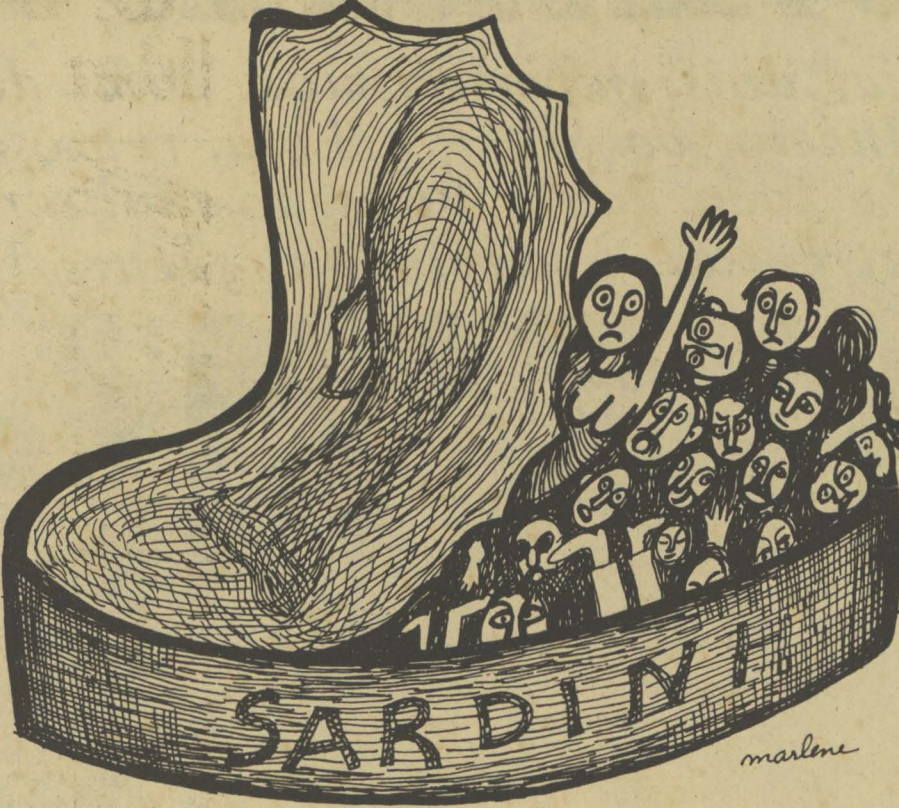


E agora todo crivado
E de sangue todo banhado
Pelos jornais é repudiado
E sofreu sua livre sanção.
Sei que gente má existe
Em qualquer lugar ou país sempre tem

Quem lhe corte a cabeça
Mas mais mau é aquele que insiste
Em apontar com o dedo em riste
Quem merece a vida ou não.

E é também o bandido
Tão mau, tão cruel, tão bandido
Aquele que sua única função
É em função de estar coagindo
E por isto mesmo agredindo
Pela hora, pelo dia de então.

(A.N.M. - Campinas, SP)



O povo não é sardinha

Luta por ônibus no Vale do Pirajussara com participação de 32 bairros, abaixo assinado com mais de 9 mil assinaturas, participação de várias Sociedades de Amigos de Bairro, Clubes de Mães, Igreja, Movimento Contra a Carestia, Grupo de Renovação e Trabalho de Taboão da Serra e Embu. Foi feita uma assembleia no Largo do Pirajussara. (...) Esteve presente, representando o prefeito do Taboão da Serra, o vereador Modesto Nazaré, o qual comprometeu-se a dar apoio à luta. Mostrando total desinteresse e desrespeito às causas do povo, não compareceram nem mandaram seus representantes o prefeito de Embu e o responsável pela empresa de transportes coletivos daquela região.

Na assembleia estiveram presentes em média 500 moradores do bairro. Todos comprometidos com a luta do ônibus. Foram ouvidos vários oradores, os quais apresentaram em comum

quatro reivindicações: 1ª) uma linha de ônibus até o centro de São Paulo; 2ª) uma linha de ônibus até o Largo do Socorro; 3ª) um preço justo e estável da passagem; 4ª) mais ônibus na linha.

Nesta assembleia ficou decidido que o povo irá levar o abaixo-assinado junto com as reivindicações ao responsável pela Empresa Municipal de Transportes Urbanos, no dia 30 de janeiro de 1980.

Nas reuniões de preparação da ida à EMTU ficou decidido uma nova assembleia no mesmo local para o dia 27 de janeiro, domingo, às 16 horas.

As reuniões de preparação estão sendo feitas aos sábados, na Igreja do Jardim Florida, às 20 horas.

Todo o povo da região está convidado a engrossar a luta. As palavras de ordem são: 'Mais ônibus na linha que o povo não é sardinha'. 'Se a gente não lutar o transporte coletivo não vai melhorar'.

Muita conversa e pouca creche

O Movimento de Luta por Creches tem pressionado muito os órgãos públicos para que construam creches diretas nos bairros da periferia de São Paulo. Isto é repetido várias vezes pelos funcionários das Regionais da Prefeitura, principalmente da Zona Sul.

No início de janeiro, quando foi até a Regional do Campo Limpo, um grupo de pessoas que trabalhavam em creches conveniadas com a Prefeitura, mais de uma vez, se ouviu os comentários acima. E disseram mais alguns funcionários da Prefeitura que devido a essa pressão, a COBES (Coordenadoria do Bem Estar Social) fez um projeto para que sejam construídas 154 creches diretas até 1982, distribuídas igualmente nas áreas de Campo Limpo e Santo Amaro.

Segundo os próprios funcionários de é um projeto muito ambicioso visto que em toda São Paulo estamos longe de ter 70 creches construídas e mantidas pela Prefeitura (aliás só existem 3 creches diretas em toda São Paulo). E por isso fizeram um projeto menos ambicioso — Projeto de Vitoria. Tem por objetivo vistoriar as creches conveniadas, sugerir modificações na estrutura do prédio. O pessoal desse projeto é constituído de arquitetos. Outra coisa que levantaram é que se acharem que os convênios não estão oferecendo condições para o atendimento das crianças serão advertidos e até mesmo suspensos. E por que isso? Mais uma vez citaram o Movimento de Luta Por Creches que está aí denunciando a falta de creches e as péssimas condições em que se mantêm as creches conveniadas.

Ora, se a própria Prefeitura reconhece que as creches não estão atendendo as condições mínimas para atendimento deveria é procurar melhorá-las e não impedi-las de funcionar. Mesmo porque até a Prefeitura reconhece a necessidade urgente de se construir creches.

Segundo estudo recente da COBES, as regiões administrativas de Santo Amaro e Campo Limpo juntas constituem uma das áreas mais populosas e pobres do município. E conclui: "a creche é uma das respostas à problemática social da criança, atendendo preferencialmente à população infantil carenciada na faixa de 0 a 6 anos e 11 meses. 43.680 crianças encontram-se nas áreas referidas sem serem atendidas nas creches. Para atendimento da demanda destas regiões administrativas, seria necessária a construção de 380 creches com capacidade para 120 crianças, que se constitui num padrão recomendável".

Pois que a Prefeitura de São Paulo seja coerente. Não fique aí com ameaças de fechar as creches conveniadas, mas sim canalize suas verbas (os impostos que pagamos) para a construção das creches diretas. (Mov. de Luta por Creches - Z. Sul - São Paulo)



Para a sobretaxa cobrada pela PUCC, uma resposta: boicote estudantil.

PUC de Campinas: boicote às sobretaxas

Os estudantes da Universidade Católica de Campinas, que fizeram uma greve geral em setembro, com a participação de 16 mil, encontraram-se novamente em luta: boicote à sobretaxa!

Na PUCC, como em todas as faculdades pagas do Brasil, foi cobrada uma parcela complementar na anuidade de 1979, que os estudantes chamam de sobretaxa. O seu valor varia entre 1.730,00 até 5.070,00.

O DCE da PUCC, logo que tomou conhecimento da notícia da sobretaxa, convocou uma reunião com todos os DAS (26) para discutir a questão (não dava para convocar uma Assembleia Geral pois era período de provas e muita gente já estava em férias). Nessa reunião, que contou com a participação de 20 DAS, decidiu-se fazer uma consulta aos estudantes através de plebiscito nas classes, e ver se eles concordavam com o boicote ou não à sobretaxa. O resultado foi 90% a favor do boicote, e 10% contra.

O DCE e os DAS passaram a organizar o movimento que perdura até hoje e não tem solução ainda. O número de estudantes que aderiram ao boicote está na casa dos 14 mil. Uma parcela minoritária, de 3.500, furou o movimento, porque os formados foram ameaçados pela Universidade de não lhes dar diploma, etc. Parece que dentre as Universidades paulistas que estão levando à frente esse movimento, a que tem maiores perspectivas de vitória é a PUC de Campinas. A reitoria já até propôs que a sobretaxa fosse parcelada em dez pagamentos sem juros nem correção monetária. Mas os alunos não estão aceitando. Querem mesmo não pagar a sobretaxa. Chegaram até a fazer uma Assembleia Geral Universitária, nas férias, no dia 2 de janeiro, que contou com a presença de 300 estudantes!

A Universidade está ameaçando seus alunos de expulsão, mas diante da reação dos estudantes, essa ameaça virou apenas uma preocupação por escrito. Mas, nos últimos dias, a PUCC, considerada

uma das Universidades mais atrasadas politicamente, promete voltar à ofensiva. Abriu uma sindicância contra o estudante Lejeune Xavier, o "Mato Grosso", um dos participantes da direção do movimento de boicote e também membro do DCE. Mas os estudantes já começaram a se mobilizar contra mais essa medida repressiva por parte da direção da Universidade.

As negociações se realizaram em quatro reuniões. Mas o único saldo positivo foi o da proposta de parcelamento, feito pela reitoria.

A PUCC tenta uma nova manobra. A reitoria quer impor a sua proposta à força: o parcelamento será feito na marra, no carnê das mensalidades, virá junto o parcelamento da sobretaxa. Isso já é uma vitória, pois protela o pagamento da sobretaxa até a volta dos estudantes para as aulas em março. A PUCC se desespera porque são mais de 30 milhões de cruzeiros.

Professoras: salário é pouco e ainda não pagam

Um grupo de professoras de Pão de Açúcar (Alagoas), tomadas de uma conscientização, reclama os erros da administração municipal, que vem negando veementemente a sua justa remuneração e o direito de terem carteira de trabalho assinada. A prefeitura nega até o direito de receber o salário completo (que por sinal é incompleto). Caso haja uma professora necessitada de uma licença, não lhe é pago o salário referente às horas de serviço que não prestou por estar licenciada. É um absurdo!

Injustiçadas, as professoras municipais de nossa Pão de Açúcar reclamaram. Mas não receberam

da parte do sr. prefeito sequer que ele se dignasse a manter um contato com a classe. Resolveram nossas educadoras partir para a capital, a fim de manterem um contato com o Ministério do Trabalho e resolverem o problema. Um representante do prefeito então ameaçou: "Vocês serão presas lá, se emprenderem tal viagem". Está aí, amigos, apresentada claramente, a manobra injusta daqueles que possuem na mão o poder.

Chegou o momento em que devemos apoiar o povo, as suas lutas justas, por justas causas. Devemos apoiar esse pessoal, essas professoras que, acima de tudo,

mostram-se dignas, desempenhando a brilhante tarefa de defender seus direitos, em vez de se omitirem.

As professoras foram à Secretaria do Trabalho. Um funcionário disse a elas: "Esperem um ou dois meses e vão vivendo, enquanto nós enviamos o processo de vocês para a Comarca de Pão de Açúcar, onde tudo será resolvido".

Toda a população de Pão de Açúcar deve apoiar efetivamente as professoras, para que assim a justiça seja realmente rápida e realmente justa.

(M.G.L.B., E. A., Pão de Açúcar, Alagoas)

Mato Grosso do Norte: 13 mil professores demitidos

Pressionado pelo grupo político que compõe o atual partido do governo, o governador Frederico Carlos Soares Campos, realizou um dos atos mais injustos da história do Mato Grosso: exonerou os 13 mil professores que compunham o quadro magisterial em caráter precário. Precário pela total falta de legalidade, não pela falta de capacidade!

(...) Mato Grosso é um Estado que não possui número suficiente de profissionais com habilitação específica na área de educação para ocupar os cargos existentes. Daí a necessidade de contratar profissionais de outras áreas: engenheiros, assistentes sociais, etc.

Para os professores ficou claro o seguinte: esta exoneração em massa faz parte de uma suja jogada política que visa colocar o professor na dependência de cartas de apresentação para serem recontraídos, assinadas por políticos incapazes de serem eleitos pelo voto livre do povo. Políticos estes que compõem o atual partido do governo.

A Associação Mato-grossense de Professores está tomando providências no sentido de impetrar mandado de segurança e processar o Estado a fim de conseguir o cancelamento deste decreto irracional, que deixa desesperados não apenas

13 mil professores, mas uma média de 40 mil pessoas contando-se os familiares.

(...) Isto é mais uma prova da incapacidade de um governo nomeado, que não tem compromisso com o povo, podendo assim agir livremente de acordo com os interesses escusos daqueles que compõem o partido do governo.

A preocupação se estende a toda a população do Estado. Pais e alunos perguntam ansiosos: quando se iniciará as aulas? quando será normalizada a situação?

E mais um passo dado para trás no já precário ensino mato-grossense. (J.B.C.S., Cuiabá, MT)

Quem sustenta o jornal

A grande imprensa é sustentada pela publicidade dos capitalistas, cujos interesses ela defende. A "Tribuna Operária" é um jornal dos operários, dos homens e mulheres pobres e oprimidos, dos que o capitalismo dependente marginalizou e jogou na miséria. Por defender com intransigência os interesses do povo, jamais receberá publicidade dos imperialistas e dos capitalistas monopolistas associados ao imperialismo. Sua sustentação depende da contribuição dos trabalhadores e de todos aqueles que se opõem ao regime antidemocrático e à dominação do país pelo capital estrangeiro. Nosso jornal tem recebido muitas contribuições de seus amigos. A partir desta edição passaremos a publicar uma lista das contribuições recebidas como estas:

De quatro operários de Caxias (RJ) - 400,00

De um operário de Osasco (SP) - 100,00
De um jornalista de S. Paulo - 4.000,00
De um estudante de Campinas (SP) - 100,00
De um casal de recém-casados de Piracicaba (SP) - 3.000,00
De um comerciante de Campinas (SP) - 500,00
Total - 8.100,00

LÍDERES OPERÁRIOS CONDENAM AGRESSÃO SOVIÉTICA AO AFGANISTÃO

"Estados Unidos e Rússia; dois imperialismos com duas facetas diferentes". Essa afirmação, de Luis Inácio da Silva, o Lula, representa também a opinião de Olivio Dutra, Jacob Bittar e João Paulo Pires, ao analisarem a invasão do Afeganistão por tropas soviéticas, em entrevista exclusiva à sucursal gaucha da Tribuna Operária.

Lula: não contribui para a emancipação dos povos

"Acho que a Rússia não tinha o direito de invadir o Afeganistão, como condeno veementemente o fato dos Estados Unidos terem explorado durante muito tempo aquele país". A afirmação é do líder sindical Luis Inácio da Silva, que se manifestou ainda contrário a qualquer tipo de ditadura "seja de esquerda ou de direita. Cada povo tem que ter o mínimo de liberdade para agir democraticamente".

Declarou Lula que é contrário a qualquer tipo de invasão, pois, segundo ele, cada povo tem o direito de constituir o sistema político, econômico e social que melhor lhe interessar. No entanto, o líder metalúrgico ressalta que não se pode criticar a invasão apenas porque partiu da Rússia, mas porque teríamos que ter criticado há muito tempo os EUA que escravizaram aquele povo.

Lula também acha que se este tipo de atuação pudesse contribuir, teríamos que admitir o imperialismo que impera no Brasil ou ainda teríamos que admitir amanhã a invasão russa no Brasil.

"Acho que o povo brasileiro tem o direito de agir com dignidade suficiente para não permitir isso — continua ele — e essa invasão não contribuiu em nada para uma pátria, a única coisa que contribui para uma nação é a liberdade do povo. Dê-se liberdade e o povo saberá o que fazer".

Luis Inácio diz que "o que temos que ter cuidado é que hoje é jogado de um lado a bondade americana e de outro lado a maldade russa, ou vice-versa, a bondade russa e a maldade americana". "Temos que lutar para que cada povo tenha condições de saber o que é bom e o que é ruim para ele". E taxativo quando afirma: "Para mim são dois imperialismos com duas facetas diferentes. Como não admito a exploração americana, não admito também a exploração russa".

Olivio: o povo é que deve fazer a revolução

Para Olivio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, a

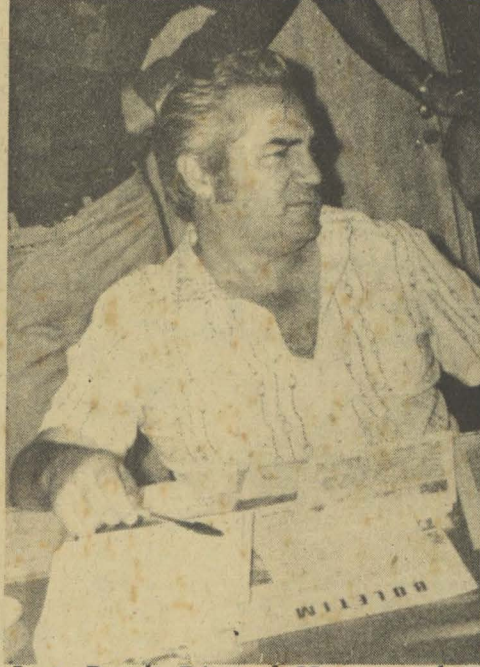


Luis Inácio da Silva, Lula

liberdade e a soberania do povo afegão foi violada. "No Afeganistão, afirma ele, têm sido dados sucessivos golpes e com uma fraca participação popular. Nesse sentido, acho que quem deveria realmente fazer a revolução, não só no Afeganistão como nos outros países, seria o povo". Ele coloca esta posição ressaltando que é necessário se ter cuidado para não fazer o jogo do imperialismo americano.

Quanto à argumentação russa de que a invasão foi uma forma de demonstrar solidariedade ao povo afegão, Olivio Dutra acha muito discutível este "apoio". "Na situação que se vive hoje isto é uma lição para os povos oprimidos e explorados, pois a revolução popular e independente para ser do interesse deste povo deve ser feita por ele mesmo. Nunca ficando na expectativa de um grupo e sem mobilizar as bases". afirmou que o socialismo instaurado à revelia da vontade popular tende a se deteriorar.

"Aliás, é o caso do socialismo da União Soviética. Não por ter sido uma revolução imposta, pois foi popular, mas o desvirtuamento no processo que se deu neste país e que por uma série de questões merece maior discussão. E con-



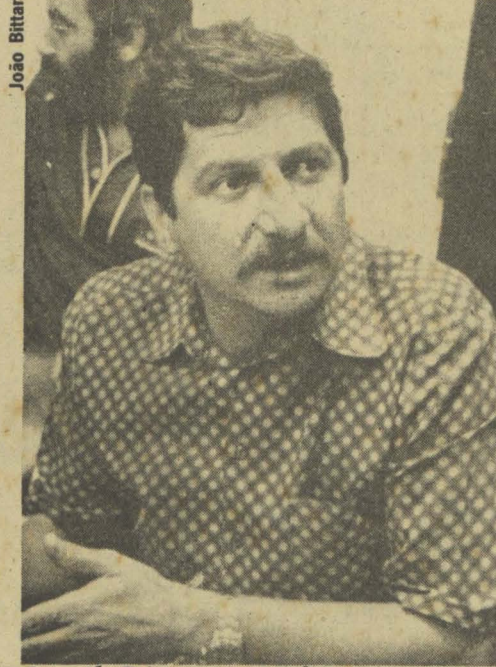
João Paulo Pires de Vasconcelos

denável, portanto, a política externa russa, assim como a chinesa que tem dado apoio a ditaduras e intervenções. Merecem reparos de toda ordem por parte daqueles que acreditam na independência e redenção dos povos numa sociedade justa, construída segundo os interesses da maioria, com a riqueza sendo produzida por todos nós e também todos nós sendo proprietários desta riqueza".

João Pires: defesa de interesses financeiros

João Paulo Pires iniciou criticando a imprensa ocidental, onde as notícias que estão sendo divulgadas e a manipulação dos meios de comunicação social são privilégios do capital multinacional e dos Estados Unidos principalmente. Nesse sentido, ele coloca a questão do Afeganistão como um artifício da campanha eleitoral de Carter contra Kennedy.

Porém, ele afirma que o expansionismo soviético é notório na Europa e até mesmo em outros continentes, não sendo, portanto, surpresa para ninguém a invasão soviética no Afeganistão. Ele diz que isso não vai mudar em nada o país,



Jacob Bittar

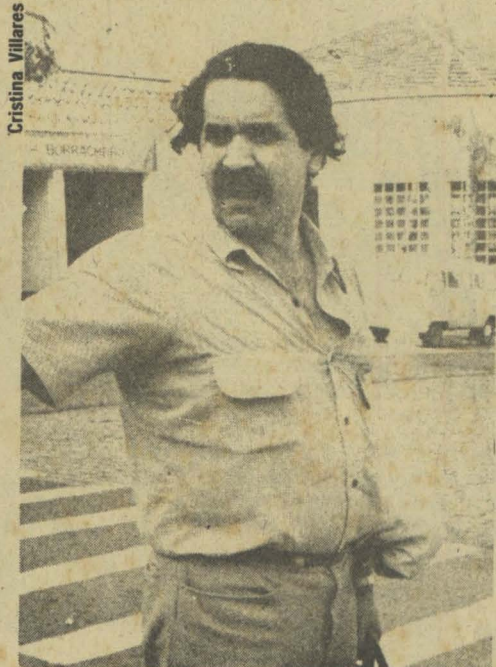
"daqui há alguns meses vai continuar como dantes".

Mas a busca da defesa dos interesses econômicos foi apontada por ele como uma das causas principais. "A questão do petróleo interessa tanto aos EUA com a Rússia e notoriamente todos os dois países investem contra a soberania de outras nações, e nisso os interesses, tanto russos como americanos, estão identificados. E uma pressão aos países árabes que tomaram uma posição de certa forma independente. E uma investida contra a OPEP".

Pires considera ainda a invasão soviética contrária à soberania de qualquer país, e que não está ajudando movimento popular nenhum, pois "é um movimento que não parte do povo, no qual ele não sai vitorioso por ele mesmo. O povo, então, não está sendo ajudado pois isso é um paternalismo, uma intervenção, de modo que sou frontalmente contra estas posições", finaliza.

Bittar: os grande estão brigando entre si

Para Jacob Bittar, presidente do Sin-



Olivio Dutra

dicato dos Petroleiros de Campinas, a intervenção soviética é uma luta internacional onde os grandes estão brigando entre si. Considera que tudo se deu de cima para baixo, sem uma manifestação popular, "o que é um erro muito grande".

"Nós queremos, antes de mais nada, a participação do trabalhador, a participação da maioria, para que ela decida seus destinos. E temos um processo de lógica que é evidente que um trabalhador jamais poderá ser a favor do capitalismo. Mas a decisão deverá ser dele e não uma determinação para a classe operária, através de uma decisão de cúpula. A revolução deve ser feita pelo próprio povo.

Bittar defende ainda um determinado movimento, mas desde que surja do povo, jamais como uma imposição em que o povo não participe do processo revolucionário. Comentou a afirmação de uma autoridade que disse: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". E condenou, por fim, a invasão russa no Afeganistão "porque senão eu teria que justificar, também, a invasão dos Estados Unidos em outros países".

E PRESTES É A FAVOR

Desta vez, Prestes não se arriscou a falar em nome dos comunistas. Disse apenas esperar que "todos os comunistas brasileiros concordarão com a minha posição". Mas não apresentou argumentos que justificassem sua atitude. Meteu os pés pelas mãos. E chegou a reconhecer que "realmente (...) há unanimidade nas críticas à União Soviética".

Ajuda ou intervenção?

Para o secretário geral do PCB, "não há no Afeganistão uma intervenção soviética". Ele chamou de "ajuda" os 75 mil soldados russos que passeiam de tanque pelas ruas de Kabul e guerreiam com os afegãos nas montanhas. Seus argumentos foram dois: seria uma "ajuda" provisória e "por solicitação" do próprio governo afegão.

Prestes lembrou que na grande imprensa brasileira "chamam a isto de intervenção e silêncio sobre a intervenção norte-americana em diversos países do mundo, intervenção não provisória, mas permanente". E citou uma série de intervenções americanas. Mas silenciou sobre as soviéticas. Não disse uma palavra sobre a Checoslováquia, "ajudada" há 12 anos por tropas soviéticas que continuam lá até hoje. Nem falou de Angola, que ainda não conseguiu se livrar dos cubanos que Moscou enviou para lá há cinco anos.

Ele citou a ocupação da Espanha, Itália, Grécia e Turquia por tropas e bases americanas. Citou a agressão americana ao Vietnã. Mas, ao fazê-lo, derrubou também seu segundo argumento. Afinal, a presença militar dos Estados Unidos foi solicitada pelos governos desses países, embora sob protesto dos povos.

Os povos sabem se defender?

A base da posição de Prestes aparece quando ele fala que a presença militar soviética vai continuar "até que o povo do Afeganistão possa se defender sozinho".

Se é assim, surge logo a questão: os povos são capazes de defender a si próprios? ou precisam ser "ajudados" pelos exércitos de potências estrangeiras? Isto porque, afinal, as agressões imperialistas sempre foram feitas em nome da "ajuda" aos povos agredidos, com a desculpa de que eles não tinham condições de decidir sobre seu destino.

Prestes foi o único político brasileiro que apoiou a intervenção da URSS no Afeganistão.



O "cavaleiro da esperança" gosta de ser chamado "agente de Moscou".

Os Estados Unidos sempre usaram esta tese. A Alemanha, a França, a Inglaterra e o Japão, idem. A China partiu desse princípio quando invadiu o Vietnã há um ano. A União Soviética serve-se dele desde que invadiu a Checoslováquia e inventou a teoria da "soberania limitada". Todas essas potências acusam seus concorrentes de agressores, imperialistas, etc. Mas num ponto estão de acordo: negam aos povos o direito de tratar seus problemas com independência.

Violação de princípios

A certa altura, o jornalista que fez a entrevista lembrou que a ação militar soviética viola o princípio leninista da autodeterminação dos povos.

Prestes disse que não. Mas o fato é que na época de Lênin a URSS não invadia outros países. Nem no tempo de Stalin (exceto, naturalmente, durante a 2ª Guerra Mundial).

Mesmo no auge do conflito ideológico e político com Tito, a União Soviética socialista não cogitou de invadir a Iugoslávia. Stalin combatia as posições pró-americanas de Tito. Mas dizia que manter ou derrubar o regime iugoslavo "é um assunto que cabe ao povo iugoslavo resolver". Naquela época sim, a União Soviética respeitava a autodeterminação dos povos. Defendia seus pontos de vista, mas não os impunha pela força. Isto só começou a ser feito com Kruschov e Brejnev.

Para ficar de bem com os soviéticos, Prestes meteu-se numa posição difícil perante o movimento operário e democrático brasileiro. Apareceu defendendo uma agressão militar que não tem defesa. Ficou isolado.

Posição isolada

Os trabalhadores brasileiros não vão atrás da propaganda americana. Na crise iraniana, ficaram com o Ira, contra os Estados Unidos, apesar de toda a confusão espalhada pelos meios de comunicação. Mas, pelos mesmos motivos, discordam da tese de Prestes. Estão com o Afeganistão agredido, contra a União Soviética agressora. Seu sexto sentido indica-lhes que a luta entre Estados Unidos e União Soviética é uma "briga de branco", uma rivalidade entre superpotências concorrentes, ambas contrárias à independência dos povos e à libertação da humanidade trabalhadora.

O dia em que a Itália parou

Uma greve geral parou completamente a Itália no último dia 15. Quatorze milhões de trabalhadores aderiram ao movimento. Objetivo: protestar contra a carestia, o desemprego, e, no fundo, contra o governo.

Não é de hoje que a Itália é conhecida como o país das greves e das crises de governo (desde o fim da 2ª Guerra os governos duram em média menos de um ano). A burguesia italiana inclusive já se acostumou a manejar a vida nacional e garantir seus lucros mesmo assim.

A maior greve desde o golpe no Chile

Esta, porém, foi a maior greve do país das greves: parou o país desde a indústria até os teatros. Nas principais cidades, houve grandes manifestações. E o protesto não se voltou simplesmente contra o primeiro ministro Francisco Cossiga, do corrupto e inoperante Partido Democrata Cristão. Mostrou também a insatisfação dos trabalhadores com a rotina das mudanças de fachada e o jogo parlamentar dos partidos tradicionais, enquanto os problemas de fundo do país se agravam dia a dia.

Pouco a pouco, os trabalhadores vão se recompondo da derrota de 1973. Eles tentaram o caminho eleitoral para o socialismo. O golpe desfez suas esperanças. A reação armada mergulhou o país no fascismo.

Agora, porém, surge a greve de "El Teniente", a maior destes seis anos. É um sintoma. Mostra o renascimento da luta operária, aproveitando as lições, as duras lições do golpe e do fascismo.

Apoio ao povo da Guatemala

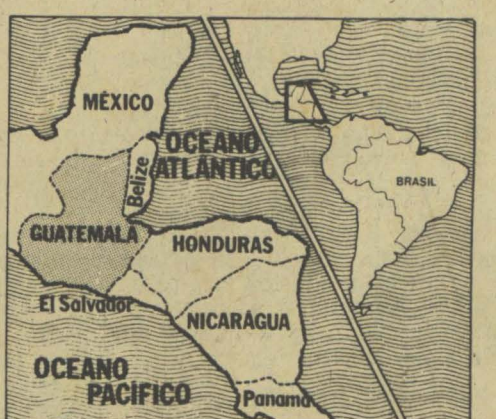
José Luis Morales é guatemalteco. Acaba de visitar o Brasil, em nome da Frente Democrática Contra a Repressão, para divulgar a luta de seu povo contra uma das ditaduras militares mais sanguinárias da América.

Num país de 4 milhões de habitantes, a repressão já assassinou de 30 a 50 mil pessoas desde 1954, quando o governo legal foi deposto por tropas norte-americanas.

Uns poucos exemplos recentes: Julian Nery Carrera, líder sindical, seqüestrado e assassinado; Julio Mejia, dirigente estudantil, "desaparecido" desde outubro; Miguel Archila, camponês, abatido a tiros pela polícia dentro de uma igreja; José Castañeda, jornalista, seqüestrado e assassinado.

Mesmo assim, o povo resiste. "Em 1979 — contou Morales à Tribuna Operária — o terror já não aterrorizava mais a população". Foi quando os sindicatos operários e camponeses, entidades estudantis e movimentos populares se uniram na Frente Democrática Contra a Repressão.

"A vitória dos sandinistas na Nicarágua e a rebelião em El Salvador prosseguiram — foram um fator importante no avanço da luta popular". A



Guatemala: a luta continua. Guatemala é vizinha destes países, cujos exemplos são um incentivo.

Um dos objetivos da Frente Democrática é justamente promover a solidariedade internacional com o povo da Guatemala. E os brasileiros conhecem bem o valor dessa atividade. Quando o terror ditatorial foi mais negro no Brasil, o apoio dos antifascistas de outros países foi um auxílio precioso à resistência democrática. Agora, que de uma forma ou de outra lutamos em condições mais favoráveis, está na hora de retribuir.